

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

PRISCILA REGINA DAIUTO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS (AS) PSICOLÓGOS (AS) DO
CRAS: Desafios e possibilidades**

Maringá
2016

PRISCILA REGINA DAIUTO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS (AS) PSICOLÓGOS (AS) DO
CRAS: Desafios e possibilidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Elaboração de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Marivânia Conceição de Araújo.

Maringá
2016

PRISCILA REGINA DAIUTO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS (AS) PSICOLÓGOS (AS) DO
CRAS: Desafios e possibilidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Marivânia Conceição de Araujo
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Simone Pereira da Costa Dourado
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Eronildo José da Silva
Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí

Aprovada em: 26/04/2016

Local da defesa: Sala 06 do Bloco 118, *campus* da Universidade Estadual de Maringá.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, sempre.

A meus pais Mário Alberto Dionísio Daiuto e Clóris da Silva Cruz Daiuto (*in memoriam*) que me ensinaram com suas palavras e seus exemplos a ser perseverante e a gostar de estudar, me fazendo acreditar e vivenciar o poder transformador do conhecimento.

Ao professor Dr. José Luiz Guimarães (*in memoriam*) que foi meu orientador em um Projeto de Iniciação Científica ainda na graduação em Psicologia, com ele comecei a aprender a escrever textos científicos, a falar em público e a ser uma pesquisadora, mas acima de tudo aprendi a acreditar em meu potencial e por fim a amar ainda mais a vida e a perseguir meus sonhos sem adia-los.

A minha orientadora Dra. Marivânia Conceição de Araújo por sua competência, disponibilidade e apoio em todos os momentos de elaboração deste trabalho.

Às minhas colegas de trabalho e aos psicólogos que motivaram e contribuíram para a realização da pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram me motivando para o ingresso no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e durante seu andamento, em especial ao professor Antônio Alexandre Pereira Junior, pelo incentivo ao meu ingresso no mestrado e também pelo apoio e investimento na área da Assistência Social e Políticas Públicas durante sua atuação como coordenador do curso de graduação em Psicologia da Universidade Ingá (UNINGÁ).

A Construção da Identidade dos (as) Psicólogos (as) do CRAS: Desafios e possibilidades

RESUMO

Historicamente a identidade do profissional de psicologia está atrelada à área clínica, no entanto é crescente a ideia de seu compromisso social. A inserção dos psicólogos no campo das políticas públicas, mais especificamente na política de assistência social, deve estar calcada em uma visão crítica da área e em um compromisso com as urgências da sociedade brasileira, partindo da perspectiva da Assistência Social como política de seguridade social. A pesquisa teve como objetivo verificar qual a identidade que os psicólogos atuantes na área de Políticas Públicas, especificamente no campo da Assistência Social vêm construindo em seu trabalho, através de realização de revisão bibliográfica e aplicação de entrevistas em grupos com psicólogos que atuam na área de Assistência Social, mais especificamente nos CRAS da região de Maringá. Tendo como principais conclusões que não é possível falarmos em uma identidade única para os psicólogos do CRAS, assim como para a psicologia de modo geral, sendo esta uma marca da profissão, sendo necessário, no entanto maior investimento em capacitações para esses profissionais, bem como inclusão de matérias específicas nos cursos de graduação e pós-graduação, além de maiores incentivos à área acadêmica, em publicações e pesquisas.

Palavras - Chave: Psicologia, Assistência Social, Políticas Públicas, Identidade.

Construction of the identity of CRAS psychologists: Challenges and opportunities

ABSTRACT

Historically the identity of professional psychology is linked to the clinical area, however there is a growing idea of its social commitment. The insertion of psychologists in the field of public policy, specifically in social assistance policy must be grounded in a critical view of the area and a commitment to the urgencies of Brazilian society from the perspective of Social Welfare and social security policy. The research aimed to verify that the identity of the active psychologists in the field of public policy, specifically in the field of social assistance have been building in their work, through conducting literature review and technical application of interview groups with psychologists working in the area Social assistance, specifically in the CRAS of Maringa region. The main conclusions that can not speak in a single identity for psychologists CRAS, as well as for the general psychology, which is a mark of the profession, requiring However greater investment in training for these professionals, as well as inclusion of specific subjects in undergraduate and graduate programs, as well as greater incentives for academic, research and publications.

Keywords: Psychology, Social Work, Public Policy, Identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------|---|
| AMUSEP | Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense |
| BSM | Brasil Sem Miséria |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CNAS | Conselho Nacional da Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CRP | Conselho Regional de Psicologia |
| CREPOP | Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas |
| FOREAS | Fórum Regional de Assistência Social |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| MDS | Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PNAS | Política Nacional de Assistência Social |
| PSB | Proteção Social Básica |
| PSE | Proteção Social Especial |
| SECJ | Secretaria de Estado da Criança e Juventude |
| SEDS | Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social |
| SESA | Secretaria de Estado da Saúde |
| SCFV | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos |
| SUAS | Sistema Único da Assistência Social |
| UEM | Universidade Estadual de Maringá |
| UEL | Universidade Estadual de Londrina |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista |
| UNICESUMAR | Centro Universitário Cesumar |
| UNIFAMMA | Faculdade Metropolitana de Maringá |
| UNINGÁ | Faculdade Ingá |

SUMÁRIO

| | | |
|----|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | CAPÍTULO 1 A PSICOLOGIA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO | 15 |
| 21 | CARACTERIZAÇÃO DO (A) PSICÓLOGO (A) BRASILEIRO (A) | 21 |
| 22 | O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO | 22 |
| 23 | IDENTIDADE DO (A) PSICÓLOGO (A) E DA PSICOLOGIA | 23 |
| 24 | DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA E COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA | 26 |
| 3 | CAPÍTULO 2 INTERFACE ENTRE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL E POLITICAS PÚBLICAS | 30 |
| 31 | FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO (A) E CAPACITAÇÃO PARA A ATUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS | 42 |
| 4 | CAPÍTULO 3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS GRUPAIS | 50 |
| 41 | IDENTIDADES DOS (AS) PSICÓLOGOS (AS) DO CRAS DE ACORDO COM OS DADOS LEVANTADOS | 65 |
| 5 | CONCLUSÕES | 70 |
| | REFERÊNCIAS | 73 |
| | ANEXO 1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 80 |
| | ANEXO 2 QUESTIONÁRIO | 82 |

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização da presente pesquisa surgiu juntamente com a minha trajetória profissional que se inicia ao concluir a graduação em psicologia em 2004 na UNESP (Universidade Estadual Paulista), logo em seguida atuei como psicóloga em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), concomitante com a área clínica, a qual foi o enfoque principal de minha formação.

Desde o ano de 2007 atuo como psicóloga junto ao Escritório Regional de Maringá da Secretaria de Estado da Criança e Juventude (SECJ) a qual a partir do ano de 2011 passou a se chamar Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), seu nome foi alterado posteriormente em 2014 para Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, mantendo a mesma sigla, tendo como definição institucional, a seguinte: órgão responsável pela coordenação estadual das Políticas Públicas da Assistência Social e das ações de combate a pobreza e exclusão social, visando a implementação de ações, serviços e programas que irão beneficiar cidadãos que vivem em todas as regiões do Paraná, nas mais diversas realidades sociais. A SEDS também tem por finalidade o desenvolvimento e a coordenação da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com o site www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br (acesso em 03 de abril de 2015).

A SEDS possui sua sede em Curitiba e se subdivide em 23 (vinte e três) unidades descentralizadas, no caso do escritório de Maringá, compõe seu âmbito de atuação 29 (vinte e nove) municípios da região, correspondente a divisão da AMUSEP (Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense), sendo eles: Ângulo, Astorga, Atalaia, Colorado, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Flórida, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivatuba, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São Jorge do Ivaí, Sarandi e Uniflor. Dentre esses municípios, 21 são de pequeno porte 1, 6 de pequeno porte 2, 1 de médio porte e 1 de grande porte, sendo o porte definido pelo número total de habitantes de cada município.

Ao ingressar neste serviço, vivenciei uma crise profissional muito grande, visto que, trata-se de uma atividade administrativa e burocrática, no qual grande parte do tempo de trabalho é tomada pela fiscalização de convênios firmados entre as prefeituras e o Estado e repasse de informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) aos municípios, sendo necessário o conhecimento das leis, resoluções e normativas da Política de Assistência social, materiais que na graduação em psicologia não foram trabalhados em nenhuma matéria, desta forma passei a pensar que não estava exercendo a psicologia, com o passar do tempo comecei a estudar sobre políticas públicas e entender o potencial que esse tipo de trabalho apresenta ao saber utilizar o olhar do psicólogo para a formulação dos projetos, por exemplo, ao invés de apenas exercermos o papel definido pelo Estado de fiscalizadores e repassadores de informações aos municípios.

Durante o ano de 2013 por iniciativa própria, iniciei um grupo de estudos, planejado, organizado e ministrado por mim, sendo voltado apenas aos psicólogos dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) dos municípios sob minha orientação, pois a lógica de trabalho no escritório regional da SEDS é de divisão dos municípios pelos técnicos. O objetivo geral do grupo era o estudo das normativas da área da Assistência Social, bem como textos da área da psicologia, visando o alinhamento teórico e discussão da prática dos psicólogos que atuam nos CRAS, afim de maior entendimento de suas atribuições e definição de uma identidade para a atuação dos psicólogos na área da assistência social, pois em minhas visitas aos CRAS para assessoria e fiscalização, no contato com os profissionais desta área era possível observar sua angústia com relação à atuação, relatando sempre que os cursos de psicologia deixam muito a desejar em termos de formação para atuação nos CRAS. A participação no grupo não era obrigatória, ocorrendo de acordo com o interesse do participante.

Ficou decidido pelo grupo que se reuniu originalmente no dia 09/04/2013 que os encontros seriam quinzenais, sempre às terças feiras de manhã no Escritório Regional da SEDS. No primeiro semestre foram realizados oito encontros (09/04, 23/04, 14/5, 28/05, 11/06, 25/06, 09/07, 23/07), no primeiro momento houve o compartilhamento das angústias e dificuldades encontradas no trabalho, a cada encontro foi discutido um material teórico, lido por cada integrante previamente, devido às dúvidas apresentadas referentes ao SUAS, foi

convidada uma assistente social que participou de três encontros visando ajudar a esclarecê-las e fomentar a discussão.

Além disso, o grupo viu a necessidade de uma palestra que tratasse do assunto da identidade profissional do psicólogo no SUAS, visando alinhamento conceitual também com os outros profissionais da assistência social e gestores, o que foi solicitado à SEDS, no entanto, diante da negativa da Secretaria de Estado em realizar este evento naquele ano, o grupo montou um projeto e encaminhou para o CRP (Conselho Regional de Psicologia) pedindo apoio para realização do evento, mas também recebeu uma resposta negativa por parte do Conselho.

Na reunião de 24 de setembro de 2013 ficou definido que no segundo semestre seria trabalhado o material “Orientações técnicas sobre o PAIF- Volume 1”, desenvolvido pelo CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), o qual oferece elementos básicos para a atuação nos CRAS, sendo que a cada encontro um capítulo foi apresentado por um dos membros do grupo que discutiu o tema estabelecendo correlação com a prática e demais materiais específicos da psicologia, os encontros ocorreram no mesmo local e horário nos dias 08/10, 22/10, 12/11, 26/11 e 10/12.

Foi possível observar bastante interesse dos integrantes em participar do Grupo e manter esse espaço de diálogo e capacitação permanente, sendo, a todo momento observada a necessidade de maior embasamento teórico, visto que todos os integrantes relataram não ter tido contato com referenciais teóricos ou estágios em sua formação acadêmica que enfocassem a atuação nos CRAS, sendo fundamental a discussão não só de textos, mas da prática, através de troca de experiências, o que parecia resultar em maior conhecimento e diminuição das angústias. No entanto a realização dos encontros foi interrompida durante o ano de 2014, visto que alguns participantes foram impedidos de participar do Grupo a não ser que fosse realizado fora do horário de serviço, o que era inviável para a maioria, ou descontadas as horas, por não ser esta uma obrigação imposta pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e sim iniciativa minha, sem haver a obrigatoriedade de participação, não foi possível argumentarmos com os gestores no sentido de convocar a participação dos psicólogos.

Desta forma, percebe-se a priori, que os cursos de graduação não estão preparando adequadamente os (as) psicólogos (as) para a atuação na Política de assistência social, seja

como profissionais que atuam na base ou na elaboração de políticas públicas, no entanto, essa área tem tido enorme crescimento principalmente devido à obrigatoriedade de contratação desse profissional, porém, além de não terem o preparo adequado na faculdade, observamos que não há capacitações para os profissionais que estão atuando, apesar de haver nas normativas um compromisso da União, Estados e Municípios a oferecer um Plano de Capacitação Permanente para os profissionais do SUAS (Sistema Único da Assistência social) e que as iniciativas que acontecem partem de esforços pessoais, não se configurando como políticas públicas do Estado ou do Governo Federal.

Conforme aponta Carneiro (2014), este tipo de iniciativa como as reuniões periódicas especificamente com profissionais da psicologia, ao invés de ocorrerem por conta da força de vontade e comprometimento dos servidores, certamente merecem ser encorajadas e incentivadas pela gestão, visto que é fundamental reconhecer a importância desses profissionais dialogarem entre seus pares sobre suas angústias, trocar experiências e boas práticas, devendo o Estado colocar-se a serviço dessas iniciativas para favorecer uma prestação de serviços mais segura e consistente aos municípios, cumprindo assim sua função de órgão gestor estadual.

No ano de 2013 comecei a atuar como docente junto a uma universidade particular da cidade de Maringá, a Universidade Ingá (UNINGÁ), na qual devido a minha experiência profissional e posteriormente ao fato de estar inserida no Mestrado Profissional em Políticas Públicas assumi as disciplinas denominadas “Direitos humanos e psicologia” e “Temas atuais em psicologia social”, tendo a liberdade para elaborar o plano de ensino de cada uma delas, assim, foi possível destinar um bimestre de cada uma destas disciplinas. Para o estudo das Políticas Públicas, no caso de Direitos Humanos, estudam-se as políticas públicas de modo geral e em Temas atuais em psicologia social são estudadas especificamente as diretamente relacionadas à área da assistência social, além disso, é direcionado um bimestre especificamente para o estudo da atuação dos (as) psicólogos (as) nos CRAS e CREAS (Centros de Referência Especializados da Assistência Social), sendo possível observar entre boa parte dos (as) alunos (as) grande interesse pela área, inclusive buscando estágios extracurriculares e se interessando por pesquisar temas pertinentes à política de assistência social, políticas públicas e atuação profissional junto a política de assistência social em seus Trabalhos de Conclusão de Curso, o que indica ser um grande avanço a inclusão desses temas

nas Universidades, principalmente em disciplinas específicas com carga horária adequada e profissionais que conhecem a área e visam aproximar ao máximo teoria de prática, mostrando aos alunos a importância desse campo de atuação.

O tema da pesquisa, bem como os objetivos, metodologia e referenciais teóricos foram pensados e definidos a partir da experiência profissional e pessoal anteriormente relatada, das observações advindas das discussões do grupo de estudos de psicólogos (as) dos CRAS e também do contato da pesquisadora com a área acadêmica, além do maior contato com a área de políticas públicas a partir da inserção no Mestrado Profissional em Políticas Públicas.

A seguir serão apresentados objetivos e metodologia do trabalho e posteriormente a Revisão de literatura que será dividida em dois capítulos, o primeiro abordará A Psicologia no Brasil: Dimensão Política e Social, bem como a identidade da psicologia e do psicólogo brasileiro, visando contextualizar a origem da psicologia, o perfil dos psicólogos brasileiros e seu posicionamento político. O segundo capítulo tratará da Interface entre Psicologia, Serviço Social e Políticas Públicas, abordando as legislações pertinentes e as premissas do trabalho dos psicólogos nos CRAS. Posteriormente serão apresentados os resultados das Entrevistas em grupo no terceiro capítulo e a discussão destes com base na literatura consultada, bem como possíveis conclusões e propostas de intervenção.

A realização dessa pesquisa visou verificar junto aos psicólogos atuantes na área das Políticas Públicas, especificamente nos CRAS como está sendo construída a identidade deste profissional, tendo os seguintes objetivos específicos:

- Verificar se, na opinião dos psicólogos estudados os cursos de graduação e pós-graduação estão adaptados às novas exigências do mercado de trabalho.
- Observar se na visão do público alvo da pesquisa a Política de Assistência social estabelece de forma clara o papel a ser desempenhado pelos psicólogos que atuam no âmbito do SUAS.
- Averiguar se após o ingresso na política de assistência social os psicólogos se sentem capacitados a atuarem na área.
- Observar como a amostra estudada entende a identidade do psicólogo em geral e a do profissional de psicologia atuante no CRAS.

O estudo realizou-se a partir de dois procedimentos metodológicos, a saber: Revisão bibliográfica e pesquisa de campo com o uso da técnica de Entrevistas semi-estruturadas em grupo.

A revisão bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (1992), consiste no levantamento de parte da bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações, podendo ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. Já a pesquisa de campo é uma forma de levantamento de dados no próprio local onde ocorrem os fenômenos, através da observação direta, entrevistas e medidas de opinião.

Conforme aponta Gil (1999), o uso de entrevistas como técnica para coleta de dados, permite que o investigador se apresente frente ao investigado e lhe formule perguntas com o objetivo de obtenção de dados que lhe interessam a investigação, no caso da entrevista semi-estruturada, pode haver um roteiro previamente estabelecido de perguntas porém este não precisa ser seguido de forma rígida, assim, o entrevistador permite que o entrevistado fale livremente do assunto, mas conduz para a retomada do tema original caso os entrevistados saiam do foco. As entrevistas podem ser realizadas individualmente ou em grupos, que de acordo com May (2004) devem ser compostos por em torno de 8 a 12 pessoas que sendo guiadas por um entrevistador discutam os tópicos em pauta.

Foram realizados dois encontros com duração de em média 2 (duas) horas cada, com psicólogos atuantes em CRAS da regional de Maringá, primeiramente foi apresentada a pesquisa e os integrantes assinaram os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, ressaltando que os dados coletados seriam utilizados na pesquisa, porém garantindo o sigilo e anonimato dos mesmos, em seguida, a orientadora da pesquisa conduziu as discussões, fazendo perguntas principalmente sobre a formação acadêmica, capacitação e cursos de pós graduação realizados por cada um dos participantes, bem como os motivos para o ingresso na área da assistência social e a visão que possuem de sua identidade como psicólogos atuantes nos CRAS.

A pesquisadora se comprometeu a chamar novamente o grupo após o término da pesquisa para apresentar os principais resultados encontrados na forma de uma devolutiva aos participantes.

Os convites para participação nos grupos foram enviados ao total de psicólogos que compõem a regional de Maringá, ressaltando que o município de Maringá possui 8 (oito)

CRAS, Astorga e Sarandi possuem 2 (dois) cada e os demais 26 (vinte e seis) municípios apenas uma unidade, sendo necessário que cada CRAS possua em seu quadro ao menos um psicólogo, o número de profissionais é definido pelo porte do município e demanda. Os dados obtidos foram separados em categorias de análise, sendo analisados sob o referencial teórico estudado utilizando a análise de conteúdo (BARDIN, 2004) para subsidiar a discussão dos resultados qualitativos.

Cabe salientar que a ideia para a realização da pesquisa surgiu a partir dos grupos de estudo realizados em 2013, no entanto o foco desta pesquisa está na realização de entrevistas com os (as) psicólogos (as) de CRAS de modo geral, independente da participação ou não nos grupos de 2013, além disso, grande parte dos (as) psicólogos (as) que participaram do grupo de estudos já não trabalhavam nos CRAS no momento em que a pesquisa foi realizada.

2 CAPÍTULO 1 - A psicologia no Brasil: breve histórico e caracterização: Dimensão Política e Social.

Figueiredo (2007) faz uma análise dos elementos históricos que antecederam a gestação do espaço do psicológico, entre os quais se destacam as transformações provocadas no mundo moderno pelo declínio e a desestruturação das civilizações fechadas características do período medieval, os processos de formação dos Estados Nacionais na Europa dos séculos XVI e XVII e o processo de cisão entre as esferas pública e privada, a partir daí é possível compreender como o espaço do psicológico se constituiu, tendo por base o discurso da interioridade legitimado por procedimentos específicos de estabelecimento da verdade.

O sujeito, no período moderno, era pensado como um indivíduo pleno, unificado, encontrando seu fundamento na existência de uma suposta natureza interior, onde habitariam as forças definidoras da subjetividade, ao ser instaurada como um valor inquestionável, a ideia de uma interioridade definidora do sujeito e mediadora do mundo passou a reger os diversos projetos da Psicologia, numa tentativa de dar conta daquilo que foi, propositalmente, negligenciado pelas demais ciências modernas: a subjetividade humana, no entanto, essa perspectiva predominante na Modernidade é atualmente questionada por novas abordagens da Psicologia, que buscam desnaturalizar seu objeto de estudo, inserindo-o no contexto histórico e social, destacando-se autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que nos apontam para a necessidade de pensar sobre a subjetividade enquanto produção, contrapondo-se a termos como indivíduo, identidade, personalidade, cujo sentido nos remete a instâncias fechadas, naturais e pré-determinadas.

Ainda segundo Figueiredo (2007), seguindo uma perspectiva histórico-crítica, passa-se a duvidar da existência de um sujeito unitário, pois o sujeito não é prévio à história, ele se constrói no interior da história a partir das práticas sociais de cada época, desta forma, a interioridade se constitui, como um dos traços do sujeito ou do indivíduo moderno, produzido por práticas específicas. Levando em consideração este fato, a unidade do sujeito humano estabelecida pela tradição filosófica ocidental e legitimada pelas ciências modernas é desfeita, dando lugar à existência de diversos sujeitos. A partir de princípios ligados à crença numa interioridade, observa-se na sociedade contemporânea uma gradativa perda de interesse em questões que envolvem o domínio público, uma vez que os relacionamentos sociais de

qualquer tipo só são tidos como reais e autênticos ao se aproximarem das preocupações "interiores" ou "psicológicas" de cada pessoa, ao incluir em seu corpo teórico noções de personalidade, autonomia, identidade, a Psicologia acaba por legitimar esse discurso acerca da interioridade e da valorização da vida íntima, privada, em detrimento do público, constituindo o cerne do individualismo, assim, reduzindo suas análises aos corpos individualizados, em detrimento da análise das práticas e sua articulação com as lógicas institucionais, a Psicologia enquanto campo de discussão e de atuação reduz igualmente a potência de movimento desses corpos e sua capacidade de resistência frente ao modo de subjetivação reinante, uma vez que toda e qualquer resistência só se dá coletivamente.

De acordo com Bastos et al. (2010), uma profissão se constitui e institucionaliza a partir das demandas sociais que se responsabiliza por atender, as quais requerem saber especializado, domínio de tecnologias apropriadas e adesão a um conjunto de padrões éticos fundamentais para garantir à população a qualidade dos serviços prestados, pelo fato de articular campo de conhecimento com demanda de serviços, as profissões e mais especificamente a psicologia precisa lidar com dois mundos em constante transformação e com ritmos de mudança diferenciados, o que impõe muitas exigências tanto para o sistema de formação como para o de acompanhamento das ações profissionais.

Segundo os autores supracitados, o campo da psicologia configura-se como espaço múltiplo e diversificado, muitas vezes marcado por conflitos de diversas ordens: teóricos, técnicos, políticos, ideológicos e pela tensão de construir uma identidade própria a partir da diversidade que a distingue, desta forma, relacionar diversidade, processo de formação, atualização permanente e necessidade, que nem sempre se traduzem em demandas sociais é o maior desafio para as entidades responsáveis por zelar pela profissão. Desta forma é fundamental que as profissões se transformem em objeto constante de estudo e pesquisa científica que ofereçam dados e promovam reflexões não só para avaliar se seus compromissos sociais estão sendo atingidos como para apontar problemas, desafios e limites que possam impulsionar processos de mudança.

Antunes (1999) ao fazer um resgate histórico da Psicologia no Brasil, relata que já no Brasil Colonial, eram realizados estudos sobre fenômenos psicológicos, principalmente em obras de outras áreas do saber como Teologia, Moral, Pedagogia, Política e Arquitetura, escritos por autores de formação jesuítica, que tinham claramente a finalidade de contribuir

para o controle dos indígenas. Com a vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, grandes alterações sociais acontecem em uma cidade que se aglomera sem condições básicas de vida, as doenças infecciosas proliferam e campanhas de higienização da sociedade vão tomar importância e força.

É grande o desenvolvimento do saber médico, guiado pelas ideias da higienização, os conteúdos psicológicos aparecem então nas produções médicas para caracterizar as doenças da moral, presente nas prostitutas, nos pobres e nos loucos. É o período da criação dos grandes hospícios. As produções científicas se preocupavam com o maior rendimento da mão de obra e as respostas são permeadas pelo racismo científico, como salienta Skidmore (1976). Na Primeira República, última década do século XIX, a Psicologia começa a se separar como área.

Ainda segundo Antunes (1999), na primeira metade do século XX, luta-se pela modernização da sociedade brasileira, com rápido crescimento da industrialização, a defesa da educação, da difusão do ensino, das ideias escolanovistas, ou seja, da chamada Escola Nova que veio para contrapor o que era considerado tradicional até então, sendo que seus defensores lutavam por diferenciarem-se das práticas pedagógicas anteriores embasando as produções da época. A Psicologia vem, então, dar fundamentos e elementos para o desenvolvimento destas novas ideias educacionais, noções de diferenciação das pessoas a partir da ideia de capacidades inerentes aos indivíduos vão crescer no seio da Psicologia, que produzirá muitos instrumentos capazes de fazer estas diferenciações.

Para Antunes (1999) as influências norte americanas tornam-se dominantes na Psicologia brasileira, os testes psicológicos trazem, também, a enorme possibilidade de respondermos adequadamente ao desafio da modernização: o homem certo no lugar certo, contribuindo para seu avanço também na área da Psicologia Organizacional ou do Trabalho. A institucionalização da Psicologia era evidente, ao lado de toda uma prática e de um conhecimento “diferenciador” e que via o homem de forma muito simplificada, a-histórica, nesta perspectiva o aspecto social era, na maior parte das vezes, relegado ao segundo ou último plano, conviviam um conhecimento crítico que concebia o homem e o fenômeno psicológico como indissociáveis do processo de socialização, entendendo o psiquismo como manifestação e como instância histórica e social.

Malvezzi (2010) ressalta que no Brasil, assim como nos outros países, a psicologia foi construída a partir do território da medicina, sendo que ainda no século XIX eram discutidas questões comportamentais como parte da ampliação do conceito de saúde para questões de higiene, prevenção e bem estar pessoal e coletivo, ao final do século XIX surgem os primeiros sinais de uma profissão emergente, alicerçada no conhecimento sobre o comportamento humano, em concomitância com a reorganização de outras ocupações já tradicionais, crescendo no mundo todo o número de pesquisas na área da psicologia, fomentando a representação de um novo profissional dedicado à aplicação de conhecimentos sobre os processos psíquicos aos problemas existentes na sociedade.

No entanto, em um primeiro momento, por força da racionalidade burocrática, as atividades eram reagrupadas para corresponder à sua lógica, desta forma, apenas eram valorizadas as profissões que dessem resultados objetivos e em última instância lucro à classe burguesa, assim os psicólogos passaram a trabalhar nas indústrias visando selecionar os funcionários mais rentáveis para a empresa através da aplicação de testes, pois era valorizado apenas o conhecimento que pudesse ser quantificado, além de alguns psicólogos clínicos que atendiam apenas a elite, sendo regulamentada como profissão em 1962, através da Lei 4.119.

De acordo com o Jornal do Federal (2012), publicação do Conselho Federal de Psicologia comemorativa aos cinquenta anos de psicologia no Brasil, em seu processo de desenvolvimento no Brasil, a Psicologia conheceu diversas etapas e passou por inúmeros fatos históricos. Os episódios que marcaram a história brasileira influenciaram também no desenvolvimento da profissão, que cresceu ligada aos processos da trajetória da sociedade e a elementos de origem, como o fato de ter se desenvolvido em um cenário com o histórico de quatrocentos anos de escravatura, em função desse passado escravocrata, a sociedade vive com a perspectiva de que existem seres mais importantes que outros, sendo necessária na atualidade a compreensão do papel político da psicologia, produzindo o resgate da condição de que todos os cidadãos possuem direitos que merecem ser reconhecidos, respeitados e estimulados.

Ressalta-se que a lei no 4.119/62, que regulamenta a profissão, foi assinada ainda por João Goulart e teve a ver com o projeto de modernização envolvendo uma sociedade moderna que pretendia se urbanizar. A esta altura, a Psicologia se apresentava como um instrumento possível e adequado para intervenções que a elite desenhava para o projeto de modernização.

Ainda conforme o material acima citado, a psicologia no Brasil surgiu com as avaliações psicológicas nas indústrias, escolas, para possibilitar um aprendizado melhor e uma mão de obra mais preparada para o trabalho. No período pós-ditadura passa a ingressar nas universidades a classe média, uma camada de gente que se relacionava com o trabalho, tendo outra experiência de vida e maior convivência com outros grupos sociais diminuindo o caráter puramente elitista das universidades.

Conforme aponta o Jornal do Federal (2012), um grande salto para a psicologia no que diz respeito a sua evolução enquanto ciência embasada na subjetividade e com olhar voltado a participação política e responsabilidade social ocorreu na década de 70 após ditadura em consonância com as lutas sociais por melhores condições de trabalho, pela libertação sexual feminina, igualdade de gênero, queda do autoritarismo, pelo fim das instituições totais. Principalmente através do efetivo envolvimento na Luta anti manicomial, focando nos direitos sociais e humanos, surgindo a psicologia social e comunitária, o que se consolidou ainda mais com a Constituição Cidadã de 1988.

Ainda para o jornal, a visão permanece basicamente a mesma nas décadas seguintes, apenas a partir da década de 1990 com o neoliberalismo, configura-se um novo papel para os psicólogos com a maior reivindicação por políticas públicas em todas as áreas e a inserção desse profissional em diversas áreas de atuação acompanhada de considerável aumento no número de faculdades e universidades que ofereciam a formação em psicologia e na quantidade de pessoas da classe média que conseguiam chegar a universidade, possibilitando diminuir o caráter elitista da profissão, devendo na atualidade com a sociedade fortemente voltada ao consumo, repensar suas práticas e valores, refletindo sobre a subjetividade que os psicólogos podem e querem ajudar a construir, mais voltada a convivência coletiva.

Para Lane (2003), a Psicologia comunitária no Brasil se edifica a partir do movimento de uma série de psicólogos que criticavam o viés positivista da Psicologia social até então hegemônica, preocupada com as relações entre as pessoas, desconsiderando o contexto social e político em que estão inseridas, mostrando assim uma visão reduzida do social e pouco propositiva, assim, a psicologia comunitária busca construir propostas de transformação social a partir de maior aproximação do psicólogo com as dinâmicas do cotidiano da maioria da população.

De acordo com Bock (2011) os (as) psicólogos (as) passaram os anos 70, 80 e 90 com as seguintes questões: quem somos, que psicólogos (as) queremos ser, o que expressa claramente a falta de um projeto para a profissão e a necessidade de construí-lo, a psicologia foi sendo construída, ou melhor, inventada pelos psicólogos. Em vários espaços foram sendo inauguradas práticas e novos campos, tornando a Psicologia uma profissão de interesse social, caminho percorrido com disputas e projetos distintos. Sem dúvida, a abertura de novos cursos e todo país, colocou na Universidade as camadas médias e possibilitou uma composição de categoria profissional para além dos filhos das elites, assim, a situação era propícia para o desenvolvimento de um projeto de compromisso social.

Segundo Malvezzi (2010), embora esteja consolidada de forma irreversível, a profissão de psicólogo (a) não esteve livre de obstáculos externos e de desafios internos que dificultaram e ainda dificultam sua caminhada, ao mesmo tempo em que ajudaram a se enriquecer e fortalecer. O principal exemplo dessa dicotomia é o fato de que a profissão foi institucionalizada na forma de identidade polivalente, sendo um profissional da pessoa humana, tendo como objetivo promover e resgatar o indivíduo como sujeito, sendo a polivalência seu predicado identitário, devido ao seu próprio objeto que é o estudo dos processos psíquicos não importando onde estes ocorrem, transcendendo fronteiras institucionais, pois seus conhecimentos são requeridos sempre que é demandada alguma explicação sobre a pessoa e seus comportamentos, desta forma, além da polivalência e diversidade criadas pela interface com outros campos do conhecimento.

Outra dificuldade no exercício da profissão advém da abertura da psicologia a muitas atividades para as quais os conhecimentos teóricos podem ser aplicados, podendo-se concluir que essa ambiguidade identitária da profissão antes de ser um obstáculo é um testemunho da complexidade da pessoa humana, sendo a psicologia rica devido a essa diversidade, revelando um trabalho complexo que exige não somente conhecimentos de sua ciência como do contexto onde atua, alocando a profissão de psicólogo (a) em si mesma como atividade multidisciplinar, tendo a interdisciplinariedade como paradigma para a atuação profissional, sendo o grande desafio, a defesa e reconstrução de sua identidade.

2.1 Caracterização do (a) psicólogo (a) brasileiro (a)

De acordo com Bastos, Gondim e Rodrigues (2010), devido a imagem social da psicologia estar ainda centrada na clínica psicológica pode ser observada a busca pelo curso menos por um projeto de carreira profissional e mais para atender a necessidades de autoconhecimento, levando a um grande índice de abandono da profissão. Em pesquisa realizada no ano de 2009, haviam 236.100 psicólogos cadastrados no Conselho Federal de Psicologia, em relação à ocupação espacial, desde os anos de 1970 há uma interiorização da profissão, com o aumento dos cursos de graduação, tendo havido um aumento de mais de 400% nas duas últimas décadas e melhor distribuição dos psicólogos pelas diversas regiões e estados do país, no entanto sua maior concentração é na região sudeste (60,4%), sendo o sul e sudeste responsáveis pela graduação de 72% dos profissionais.

A psicologia desde sua origem é reconhecida como uma profissão feminina, sendo apontado em uma pesquisa feita pelo IBOPE em 2004 um percentual de 91% de mulheres, o que não pode ser desconsiderado quando se examinam muitas fragilidades do mercado de trabalho, inclusive rendimentos e dupla ou tripla jornada de trabalho acompanhada dos cuidados com o lar e os filhos. Além de ser uma profissão essencialmente feminina, configura-se também como uma profissão adulto-jovem, sendo que em 2009, 25% da amostra possuía até 28 anos e 50 % até 34 anos, todavia cresceu também o número de profissionais mais maduros e em estágios de carreira mais consolidados em comparação aos anos 1980. Ao comparar os resultados de uma pesquisa realizada em 1980 e desta em 2009, foi possível observar ainda que mais da metade dos psicólogos advém de famílias de mais baixa escolaridade e provavelmente de mais baixa renda na atualidade, sendo os anos de estudo das mães em geral inferiores aos dos pais.

Conforme Gondim, Magalhães e Bastos (2010) os estudos realizados apontam que, de modo geral, os (as) psicólogos (as) decidem por este curso por livre escolha e em alguns casos enfrentando oposições familiares, havendo a junção de um interesse pessoal de ajudar o próximo e a imagem social do psicólogo como profissional que trabalha com as pessoas e se preocupa com elas visando ajudar, sendo um dos critérios de avaliação da competência profissional, principalmente na área clínica saber ouvir e compreender os demais. Além disso,

sendo uma das poucas profissões que promovem o autoconhecimento, muitas vezes é buscada mais como autorrealização do que para fins de ganhos financeiros e status profissional, de modo geral, observou-se que os fatores internos como vocação e autoconhecimento pesam mais na escolha da profissão de psicologia do que os externos como campos de atuação, ganhos financeiros e status social. Com relação à escolha da área de atuação, os fatores externos como remuneração, concurso público e maior oportunidade interferem na decisão, sendo que as experiências durante o processo de formação, como aulas ministradas e estágios ofertados interferem diretamente na escolha.

2.2 O exercício da profissão

Como ressaltam Heloani, Macêdo e Cassiolato (2010), após a Segunda Guerra, com o advento do neoliberalismo, causando mudanças no mundo do trabalho, cujas consequências atingiram direta ou indiretamente todas as categorias profissionais, os psicólogos passaram também a conviver com fantasma do desemprego, com a maior competição no ambiente do trabalho e com o acúmulo de funções, havendo novas exigências para o mundo do trabalho, relacionadas à revolução tecnológica, competitividade, qualidade, deslocamento do investimento para o setor de serviços, surgindo um novo perfil de trabalhador cada vez mais solicitado a se especializar continuamente para atender às novas demandas do mercado de trabalho.

Além disso, apesar dos avanços na área social a partir da década de 1990 no Brasil, com a implantação de diversos programas sociais, observa-se ainda enorme desigualdade social com grande parte da população não possuindo acesso a direitos básicos como saúde e educação de qualidade ou possuindo de modo precário, o que traz ao psicólogo um desafio no sentido de uma postura mais política e socialmente engajada no sentido de contribuir na promoção de melhor qualidade de vida, bem como é necessário pensar no próprio bem estar e qualidade de vida dos psicólogos na atualidade.

Ainda segundo Heloani, Macêdo e Cassiolato (2010), em pesquisa realizada junto aos psicólogos (as) inscritos (as) nos Conselhos regionais, no ano de 2006 foi possível observar

que 62,1 % dos psicólogos (as) atuavam exclusivamente no campo da psicologia, configurando inserção plena na profissão, os demais apresentaram algum tipo de inserção que revela precariedades, destes, 22,1% combinavam a atuação em psicologia com alguma atividade de trabalho fora da profissão; 9,1% embora tivessem a graduação em psicologia, atuavam fora do campo; 5,2% estavam desempregados, embora já tivessem atuado como psicólogos e 1,4% nunca chegaram a atuar como psicólogos (as), não havendo diferenças significativas ao comparar as regiões brasileiras.

É possível ainda observar que a maior parte dos psicólogos possui dois ou mais vínculos de trabalho, indicando a baixa remuneração da categoria e a sobrecarga de trabalho, sendo o maior empregador entre aqueles que possuem apenas um vínculo empregatício o setor público, além disso, a pesquisa foi realizada apenas com os psicólogos (as) registrados (as) no Conselho, havendo um número expressivo de indivíduos que se formam e nem chegam a providenciar o registro, além daqueles que atuam como voluntários (as).

De acordo com Malvezzi, Souza e Zanelli (2010), apesar de hoje os (as) psicólogos (as) atuarem em diferentes ramos da atividade humana e isso se reflita desde o primeiro emprego, a atividade predominante ainda está claramente alocada na área da saúde, através da atuação clínica 35,3% e em saúde 10,4%, seguida da área da psicologia organizacional e do trabalho com 18,1 %, a docência (0,9%) e jurídica (0,5%). Além da diversidade de áreas de atuação, há também uma multiplicidade de linhas teóricas, sendo a psicanálise destacada como a abordagem mais frequente (22,5%). Outro ponto destacado pelos autores é atualmente há a exigência de uma especialização e experiência prévia mesmo para o primeiro emprego, sendo a graduação condição insuficiente para o exercício profissional, o que faz com que a grande maioria dos profissionais de psicologia possuam pelo menos uma pós-graduação (mais de 80%).

2.3 Identidade do (a) Psicólogo (a) e da Psicologia

Conforme apontam Gondim et al. (2010), a identidade é um conceito polissêmico, podendo referir-se a objetos, pessoas ou grupos, com relação a identidade do psicólogo, pode-

se afirmar que existem várias identidades, dentre elas a multiplicidade teórico-prática, a área geográfica de atuação e a expansão e experiência profissional.

Bauman (2005) faz uma crítica ao mundo moderno que oferece às pessoas várias identidades, dando a ilusão de liberdade de escolha, as identidades são fruto do processo de socialização e da aprendizagem social, em que valores, costumes e formas de viver, sentir, perceber e agir são incorporadas no modo de ser, pensar e agir no mundo.

De acordo com Gondim et al. (2010), cada indivíduo constrói e transforma suas identidades ao longo da vida e em sociedade, através dos vínculos sociais desempenhados, ou seja, através de suas ações o indivíduo afeta ao meio, aos outros e a si mesmo, estabelecendo trocas contínuas que fazem com que as identidades sejam modificadas, possuímos assim vários papéis sociais diferentes, bem como várias identidades, de filhos, de pais, irmãos, estudantes, trabalhadores, etc., em alguns momentos, por exemplo, a identidade profissional tem que dar lugar para a identidade materna ou paterna surgir em destaque. Não nascemos com identidades, elas são construídas e transformadas pelos diversos vínculos sociais desempenhados ao longo da vida. Apesar de que a dialética entre auto e heteroidentidade favoreça a construção da identidade social, também pode vir a acirrar comportamentos discriminatórios, assim, embora a similaridade dentro de um grupo não seja suficiente para desencadear a identificação com este, estabelece um nível de interdependência, propiciando aumento da autoestima e criando clima propício para estereótipos, preconceitos e discriminação.

Em um estudo Kullasepp (2008) acompanhou um grupo de jovens do momento de escolha do curso de psicologia até a diplomação, concluindo que, é na dialética entre aquilo que o psicólogo acredita que é e o que a sociedade espera que ele seja que a identidade profissional vai se configurando, além disso, desde o ingresso no curso, o estudante tem representações do que seja o trabalho do psicólogo no Brasil, o que vai sendo modificado e incorporado durante a formação e mesmo após no dia a dia da atuação profissional, pois, uma vez assumida a identidade profissional, ela não é estanque, sendo questionada e redefinida, principalmente como consequência dos tipos e naturezas de inserção a que estes profissionais estão sujeitos.

Como ressalta Baptista (2002), a identidade do (a) psicólogo (a) também é influenciada pelo momento histórico que separa gerações, sendo marcada por transformações,

conflitos, contradições e interações entre os níveis individuais, sociais e institucionais, sofrendo impactos da formação e da inserção profissional. Inúmeras variáveis tem impacto para a construção da identidade desse profissional, havendo constante tensão entre ter apenas uma identidade homogênea para assegurar a unidade da categoria profissional ou as múltiplas identidades representadas pelas diversas abordagens teóricas, áreas de atuação e contextos especializados de atuação, desta forma, a identidade estaria embasada na área de atuação comum, que reuniria grupos profissionais afins independente de serem psicólogos.

Quando trabalham, por exemplo, em equipes multiprofissionais (o que é muito comum para os profissionais de psicologia na atualidade), havendo contato direto com médicos (psicologia hospitalar), advogados (psicologia jurídica), profissionais de educação física (psicologia do esporte), pedagogos (psicopedagogia), assistência social (atuação no SUAS), dentre outros, havendo a aproximação entre os sujeitos da equipe, que muitas vezes terá maior afinidade entre si do que entre os demais profissionais de sua mesma categoria profissional.

De modo geral, o (a) psicólogo (a) é reconhecido socialmente por uma visão clínica e individualista do atendimento em consultório, situação que começa a ser construída nos cursos de formação onde há uma presença muito forte da psicologia clínica. De acordo com Gondim et al (2010), pode-se compreender a tentativa do psicólogo brasileiro de definir sua identidade como algo complexo, tendo em vista a multiplicidade de campos de atuação e as identificações do sujeito (subjetivas e pessoais) com determinada área da psicologia. Desta forma, estabelecer uma identidade social unificada ou homogênea é algo difícil de construir visto que a psicologia trabalha com as diferentes subjetividades e sua característica fundamental é o fato de ser multifacetada, além disso, está pautada em um ser que é individual e ao mesmo tempo é influenciado e influencia o meio social/ político e cultural em que vive.

Como resultado de pesquisa realizada junto aos psicólogos (as) inscritos (as) nos Conselhos regionais, no ano de 2006, os autores citados indicam que há dois níveis de identidade homogênea para o profissional de psicologia, a que assegura o pertencimento a uma classe mais ampla (psicólogos) e outra para os subgrupos dessa classe (psicólogos sociais, organizacionais, da saúde, do trabalho, etc.), estes estariam mais enfraquecidos, visto que a convivência com outros profissionais de áreas distintas, mas de interesses comuns, força a uma nova configuração de identidade para esse grupo, assim, por exemplo é possível

observar psicólogos organizacionais que se percebem mais identificados com administradores do que com psicólogos (as) clínicos (as), havendo por vezes confusão de limites entre as profissões, sendo necessário que, quanto maior a confusão de identidade entre os grupos, maior seja a propensão a fazer uso de mecanismos legais para proteger os espaços profissionais que ambos possam vir a assumir. No entanto, deve-se refletir sobre o quanto o fortalecimento da identidade de um profissional pode acirrar a disputa entre grupos afins que deveriam cooperar ao invés de rivalizar. Além disso, a maioria acaba focando na prática e esquecendo que o que legitima a psicologia como profissão é o conhecimento.

Conforme Mader (2015) no aniversário da psicologia (27 de agosto) no ano de 2015 o Conselho regional de Psicologia do Paraná (CRP- PR) em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos do Paraná promoveu um debate sobre os atuais desafios da psicologia com profissionais de diversas áreas visando discutir se é possível uma identidade única para a psicologia, e qual o futuro da profissão, o que indica que essa é uma preocupação atual para os psicólogos. Além da variedade de áreas de atuação e práticas em Psicologia é possível questionar, por exemplo, como é possível a Lei 4119/62 que regulamenta a profissão elencar como atividade privativa do psicólogo o Psicodiagnóstico sendo que a preparação para essa atuação é bastante limitada. Sendo assim, os desafios são muitos, inclusive no que diz respeito a exigência do trabalho interdisciplinar, sendo necessário um olhar mais interessado na psicologia e em sua história e menos no mercado de trabalho e nas disputas corporativistas para que os profissionais atuantes em cada área possam se reconhecer uns nos outros revigorando a identidade da profissão.

2.4 Dimensão ético-política e Compromisso social da psicologia

Conforme aponta Dagnino (2004) diversos acontecimentos influenciaram as transformações que ocorreram na Psicologia ao longo do tempo. Dentre esses, vale ressaltar as profundas mudanças políticas que o processo de redemocratização do Brasil possibilitou: como a criação de espaços públicos que permitiu a ampliação da participação da sociedade civil nas discussões e na elaboração das políticas públicas. A Constituição de 1988 é considerada um marco formal que consagrou o princípio de participação da sociedade civil e possibilitou a

participação dos cidadãos na administração pública através dos conselhos gestores de políticas públicas nas diversas áreas, como saúde, educação, cultura entre outros.

De acordo com Rosa, Luzio e Yassui (2003) trata-se de uma mudança estrutural no contexto nacional e os cidadãos brasileiros de modo geral têm conquistado espaços de participação nas políticas públicas. Diferentes categorias profissionais passam a se posicionar e se envolver no campo das políticas públicas seja para defender interesses da categoria seja para contribuir na elaboração, implementação e avaliação de programas e de políticas. Nesta mesma perspectiva, no campo da saúde a participação política na Reforma Sanitária e na Oitava Conferência de Saúde, realizadas na década de 1980, são um marco na inclusão dos profissionais e dos atores envolvidos no processo de pensar, elaborar e propor ações para o Estado. A partir da criação do SUS, os conselhos de saúde têm sido espaços privilegiados de participação e de contribuição dos diversos profissionais que atuam no campo da saúde. Um dos exemplos de sucesso deste processo pode ser observado na consolidação dos ideais políticos do movimento antimanicomial, da reforma psiquiátrica e nas políticas oficiais.

Luchmann e Rodrigues (2007) afirmam que o ano de 1978 foi marcado no Brasil por uma greve que permaneceu durante oito meses, quando médicos e trabalhadores reivindicavam melhorias no setor da saúde mental, como redução de atendimento de pacientes por carga horária, aumento de salários, humanização no tratamento e atendimento dos doentes mentais, como a abolição de eletrochoques. No ano de 1987 ocorre a I Conferência Nacional de Saúde Mental e se inicia um movimento por uma sociedade sem manicômios.

De acordo com Pedro e Moreira (2013), um olhar sobre a origem da psicologia social encontra também heranças positivistas que, recorrentemente, produzem a docilização dos discursos e práticas baseadas em relações assimétricas, em que o psicólogo, supostamente é aquele que detém um poder entendendo e tendo algo a dizer sobre a natureza humana, diagnosticando por vezes os problemas dos sujeitos como sendo “sociais”, como sendo um desajuste do indivíduo à sociedade, muitas vezes a psicologia tem contribuído para silenciar o outro a partir de seu campo de conhecimento, desta forma, as heranças da psicologia não devem nem podem ser descartadas e sim necessitam ser problematizadas.

Para Lane (1989), mesmo no caso da Psicologia Social, a atividade teórica é tida como uma prática em si mesma, se mostrando descompromissada com os problemas sociais e os dramas pessoais existentes no contexto de comunidades e, mesmo, de nações específicas,

desvinculadas de seus contextos histórico-sociais, aparentando ser politicamente neutras, porém reprodutoras dos mecanismos de dominação e controle, desta forma a autora propõe uma Psicologia Social Crítica comprometida com a realidade brasileira, não dissociada da práxis cotidiana. A implementação de uma Psicologia Social Crítica inaugurava a ideia de indissociabilidade entre a teoria e a prática, conferindo ao pesquisador o papel de agente político, responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação, sem isso, a Psicologia estraria colaborando para a reprodução da desigualdade, da opressão e para o impedimento da emancipação dos indivíduos.

Furtado (2000), ao analisar a obra do teólogo e psicólogo espanhol Martín Baró, faz forte crítica às teorias e pesquisas psicológicas que apontam o observador como sujeito neutro e externo, reproduzindo o contexto dado, e dessa forma, mesmo que inconscientemente, defendendo os interesses das classes dominantes ao categorizar e patologizar a classe trabalhadora sem estudar as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. O profissional de psicologia deve, no entanto, buscar práticas que possibilitem uma psicologia libertadora, em que o foco seja as necessidades, objetivos e experiências dos oprimidos, que devem ser conscientizados de sua condição social a fim de buscar a (re) construção da identidade social do trabalhador. Dessa forma, a psicologia deve ser política, visando uma ação social de transformação de uma verdade política e social, para tal, não pode se basear em campos científicos com tendência a-histórica, individualista e universalista.

De acordo com CREPOP (2007), os profissionais que atuam no CRAS devem articular suas ações com as já existentes na comunidade do território de sua abrangência, com o desenvolvimento de ações de forma integrada com toda a rede de serviços, desenvolvendo um olhar para o sujeito e a comunidade integral e não fragmentado, sendo essa atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, saúde e qualidade de vida, o psicólogo deverá utilizar como suporte teórico e prático autores como Sílvia Lane, Martín Baró, Sawaia entre outros estudiosos da psicologia social e comunitária, assim como da Psicologia Institucional e do Desenvolvimento.

Ainda segundo a cartilha do CREPOP, a psicologia tem produzido materiais que subsidiam a atuação dos psicólogos no campo da assistência social e o desenvolvimento de atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, realizando ações que envolvam a proposição de políticas e ações relativas à comunidade em geral ou a grupos

étnico-raciais, religiosos, de gênero ou orientação sexual específicos, visando sempre a promoção da autonomia e bem estar dos sujeitos, bem como o respeito às subjetividades e diversidades, através da participação efetiva da comunidade, possibilitando inclusive a criação de espaços para que os usuários participem da construção e análise de políticas públicas, para que rompam com o processo de exclusão, marginalização, assistencialismo e tutela e se tornem protagonistas na conquista e afirmação dos direitos, para atingir esse objetivo, os profissionais precisam ter a crença no que se faz, a partir de uma atuação ética e política.

Conforme ressalta Lane (2001), a psicologia precisa recuperar a pessoa na intersecção de sua história com a história de sua sociedade, sendo compreendido assim, como produtor de sua história e não observador passivo, sendo a participação social condição básica para o exercício da cidadania.

Para Soares et al. (2012) é necessária a construção de uma escuta sistemática com a função de considerar o sujeito em sua singularidade, tendo o compromisso de garantir valor a palavra do sujeito, muitas vezes em detrimento dos ideais das instituições, sendo necessário ampliar a clínica compartilhando a escuta em outras esferas, não se limitando ao atendimento em si, mas em todas as esferas que se fizerem necessárias acionando agentes de outros serviços a partir da ideia da intersetorialidade, além disso, essa clínica ampliada propõe uma flexibilização do local e das condições de atendimento, sendo que as mais diversas situações como passeios, visitas domiciliares, grupos podem se constituir como dispositivos clínicos de escuta e intervenção.

3 CAPÍTULO 2 Interface entre Psicologia, Serviço Social e Políticas Públicas

De acordo com Souza (2006) há várias definições para o termo Políticas Públicas, entendidas aqui como o conjunto de normas que orientam práticas e respaldam os direitos dos indivíduos em todos os níveis e setores da sociedade. Elas devem ter como base os princípios da igualdade e da equidade, disseminando o sentido de justiça social. Por meio delas, os bens e serviços sociais são distribuídos, redistribuídos, de maneira a garantir o direito coletivo e atender às demandas da sociedade. Há também vários modelos de formulação e análise das Políticas Públicas, sendo uma delas o modelo do Ciclo da Política Pública, o qual entende esse processo como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios, constituindo um processo dinâmico de aprendizado, sendo constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Souza (2006) ressalta também que na formulação e implementação de uma política pública, cada participante e cada processo podem atuar como um incentivo ou um ponto de veto. Ainda de acordo com o modelo de ciclo, a construção de uma consciência coletiva sobre determinado problema é fator preponderante na definição da agenda, havendo dentro da arena política a ação de diferentes atores sociais (*policy makers*), os participantes visíveis como os políticos e a mídia e os invisíveis, como os acadêmicos e a burocracia, sendo que os primeiros definem a agenda e os demais as alternativas.

Segundo Hillesheim (2013), as políticas públicas são responsabilidade do Estado, envolvendo desde órgãos públicos a diferentes organismos e agentes sociais e na medida em que a inclusão passa a integrar a ordem do discurso, tal princípio é delineado pelas políticas públicas tanto na busca de definição deste termo quanto de como esta deve ser garantida principalmente pelas políticas de educação, saúde e assistência social, sendo incluída a necessidade de inclusão em seus documentos. A própria Constituição de 1988 traz o termo inclusão e principalmente a palavra integração no que se refere principalmente às pessoas com deficiências e aos grupos socialmente desfavorecidos, cabe ressaltar que, embora às vezes esses termos sejam usados como sinônimos, a inclusão na atualidade é um termo que vem sendo mais frequentemente utilizado, indicando que não basta integrar determinado grupo,

como por exemplo as pessoas com deficiência a um determinado ambiente como o escolar, mas essas pessoas devem de fato ser incluídas neste espaço, participando dele como protagonistas e sujeitos de direitos.

Para Carneiro (2014), na execução da política de assistência social em âmbito estadual, há pelo menos três possibilidades de atuação dos (as) psicólogos (as), sendo, a prestação de serviços regionalizados de atendimento direto aos usuários do SUAS, a gestão estadual da política e a participação contínua e representativa em instâncias de articulação, pactuação e controle social.

De acordo com Borkoski (2007), controle social é entendido como a participação social na gestão Pública, sendo outra forma importante de atuação nas políticas públicas. Os conselhos são criados por legislação que prevê a participação da sociedade civil. Os psicólogos estão presentes nos Conselhos de Saúde, Assistência Social, Políticas sobre drogas, pessoas com deficiência, Direitos da Criança e do Adolescente, Álcool e drogas, Segurança pública, etc. Estes profissionais possuem importante papel técnico, através do olhar de humanização apontam aspectos para os quais os gestores nem sempre são sensíveis.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) surgiu em 2006, com objetivo de consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas, por meio de pesquisas multicêntricas coordenadas nacionalmente, executando dentre suas atividades também, a elaboração de documentos de referência técnica para a prática profissional em políticas públicas constituindo-se como a mais expressiva, por representar uma referência concreta para nortear a reflexão sobre a prática do psicólogo.

Conforme definição do CREPOP (2007), a atuação do (a) psicólogo (a) como trabalhador (a) da assistência social tem por finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteados pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade, dialogando com os cidadãos. Além disso, uma psicologia comprometida com a transformação social tem como foco as necessidades e potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos, podendo, nesse sentido, o profissional oferecer contribuições para a elaboração e execução das políticas públicas de

Assistência Social, buscando intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias sócio-históricas em que ocorrem. É preciso então, olhar o sujeito no contexto social e político em que está inserido e humanizar as políticas públicas, levando em consideração a dimensão subjetiva dos indivíduos, a qual se constrói na interação contínua com os aspectos histórico- culturais e afetivo-relacionais que os cercam.

Para o CREPOP (2011), historicamente a psicologia é tida como uma área restrita à psicologia Aplicada, executada em consultórios particulares, escolas e empresas, portanto com acesso limitado a um público selecionado que pode pagar por este serviço, cabe ressaltar que a psicologia foi definitivamente instituída apenas em 1962 através da Lei 4119, marcada inicialmente pela despolitização, alienação e elitismo, no entanto no final dos anos 80 começaram a surgir novos movimentos de mudança na atuação profissional, tendo o conceito de compromisso social como norteador da atuação psicológica.

A ideia de compromisso social torna a psicologia uma prática comprometida com a realidade social do país, de acordo com Bock (2011), discutir o compromisso social da psicologia significa sermos capazes de avaliar sua inserção como ciência e profissão na sociedade, apontando se esta tem contribuído de fato para a transformação das condições de vida da população ou apenas tem reforçado sua manutenção.

Ainda para Bock (2011), a psicologia vem se transformando e aproximando de visões concretas e históricas, abandonando visões naturalizantes que ainda caracterizam nossas técnicas, vendo o ser humano como ser capaz de se auto determinar, sendo a profissão por esta ótica meramente curativa, remediativa e terapêutica. No entanto, essa realidade vem mudando, o mundo social e cultural vem invadindo o campo de atuação desses profissionais e já não se pode pensar o mundo psicológico destoadado do social e cultural. A profissão está se abrindo para essas questões e o compromisso social passa a ser visto como uma possibilidade e até mesmo uma exigência e critério de qualidade da intervenção, assim, assumir um compromisso social na psicologia é estar voltado para uma intervenção crítica e transformadora das condições de vida da população, estando comprometido com a crítica desta realidade a partir dos saberes de nossa profissão.

Conforme definição do CREPOP (2011), a inserção dos (as) psicólogos (as) no campo das políticas públicas, mais especificamente na política de assistência social deve estar calcada numa visão crítica da área, ou seja, deve se afastar de uma postura assistencialista,

saber compreender as diferentes subjetividades e analisar as questões de forma ampla e não individualizante, pensando, por exemplo, se a participação social está de fato sendo potencializada através de suas práticas e das normativas vigentes, tendo por base um compromisso com as urgências da sociedade brasileira, partindo da perspectiva da Assistência Social como política de seguridade social, o que exige que ela deixe de ser tratada de forma secundária ou fragmentada, tanto no conjunto de ações, como no orçamento público, gestão dos órgãos ou no entendimento dos atores institucionais e da sociedade.

Segundo Cruz e Guareschi (2012), traçar a trajetória da assistência social no Brasil implica em realizar um recorte histórico com foco no Brasil republicano, ao comparar com a experiência internacional, não se fala em Estado do Bem-estar social (tem como princípios que todos têm direito à saúde, educação, auxílio-desemprego, renda mínima, etc.), contudo os anos 30 do século XX é apontado como o período em que o Estado passou a intervir nas relações entre capital e trabalho, pois como país capitalista periférico ingressa tardiamente no mundo industrial, passando a assumir funções maiores, além da coerção, até então, a assistência social era realizada a partir de iniciativas pontuais e não como uma concepção de política, baseadas na filantropia, tendo a Igreja católica como seu principal executor. O período compreendido entre 1975 e 1985 corresponde a um importante marco histórico no país, pois nesta fase há um avanço das forças de resistência e desenvolve-se a prática do enfrentamento ao regime militar, a partir desse momento e principalmente em 1980 surgem vários movimentos nacionais.

Para as autoras mencionadas acima, a Constituição Federal de 1988 trouxe uma fundamental importância para a concepção de assistência social no Brasil, esta passa a constituir junto com a saúde e a previdência social a base da seguridade social, inspirada na noção de Estado de bem-estar social, a partir daí, se institui o início da transformação da caridade para a noção de direito e cidadania, apontando para o seu caráter de política pública e de proteção social, articulada com outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida, passando a ter caráter universal ainda que seletivo para quem delas necessite.

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) vem se consolidando a partir de 1993 com a publicação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e sobretudo de 2004 com a Política Nacional de Assistência Social, e muitos outros documentos norteadores, sendo que a

partir da Resolução 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os psicólogos passaram a compor obrigatoriamente as equipes de referência básica e especial do SUAS, o que antes era apenas sugerido, indicando a ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão na sociedade.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem estabelecer que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A Assistência Social, a partir da LOAS em sua constituição, inserida no processo de Estado de Bem-Estar-Social remete-nos a um tripé de Proteção Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. A compreensão da PNAS é de que a responsabilidade maior da Assistência Social é a proteção social da acolhida, de convívio ou vivência familiar.

O SUAS propõe sua intervenção a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: A proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), de acordo com a PNAS (2004), a PSB ocupa-se das ações de vigilância social, prevenção de situações de risco por meio de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo seu principal equipamento o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que tem o objetivo de desenvolvimento local, buscando potencializar o território de modo geral, com foco na prevenção e promoção da vida, sendo o principal dever do psicólogo priorizar as potencialidades visando à promoção da vida.

Casos complexos que implicam em violação de direitos devem ser encaminhados, por sua vez, aos CREAS (Centros de Referência Especializados da Assistência Social), principal equipamento da PSE, sendo esta uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social devido a abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, trabalho infantil entre

outros, cabendo ao psicólogo a retomada dos vínculos familiares e comunitários além de um trabalho.

Conforme Brasil (2014), ao analisarmos os dados do Censo SUAS realizado no ano de 2013, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando o mapeamento das condições de funcionamento dos CRAS de todo o país, vem sendo observado um aumento paulatino de pessoas trabalhando nos CRAS desde 2007, naquele ano, havia 25.635 trabalhadores no Brasil e em 2013 estes serviços contavam com 75.241 pessoas. Com relação à quantidade de funcionários por CRAS segundo a função desempenhada, destaca-se o número de técnicos de nível superior, que ultrapassa em aproximadamente 13 mil pessoas a segunda função com maior contingente de profissionais.

No que se refere à formação profissional dos trabalhadores, os CRAS em todo país contavam com 16.078 assistentes sociais - 1.016 profissionais a mais que no ano de 2012, contavam ainda com 8.975 psicólogos e 4.211 pedagogos. Destaca-se que os profissionais de nível médio somavam 14.989 pessoas - 4.021 trabalhadores a mais que em 2012. Em valores percentuais temos que 21,4% dos CRAS dispunham de assistentes sociais, 19,9% de profissionais de nível médio, 11,0% de psicólogos, e 40,9% possuíam trabalhadores divididos em outras categorias profissionais, ainda, no que diz respeito à composição da formação dos profissionais, observa-se pouca variação de acordo com o porte dos municípios, sendo em sua maioria Assistentes sociais, seguidos de Profissionais do ensino médio, Psicólogos, Pedagogos e Advogados, exceto nas Metrôpoles, onde o percentual de profissionais de ensino médio é maior que o de assistentes sociais. Na categoria Outros, o percentual de profissionais é praticamente o mesmo em todos os portes de municípios. (BRASIL, 2014)

Para o CREPOP (2007), a inserção dos (as) psicólogos (as) como fazendo obrigatoriamente parte das equipes de referência do SUAS através da Resolução CNAS-17/2011, a chamada NOB RH, parte dos seguintes pressupostos:

- Práticas comprometidas com a transformação social e emancipação humana e o fortalecimento de indivíduos e grupos para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade a partir de novas referências para a profissão da Psicologia e sua inserção nas políticas públicas.
- Visão crítica da assistência social e um compromisso com as urgências da sociedade brasileira.

- Compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos objetivando problematizar e propor ações no âmbito social.

- Por meio da intersetorialidade pode desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social, bem como, desenvolver atividades de gestão do Sistema.

- Por meio de atuação interdisciplinar podem atender de forma individual ou preferencialmente em grupos (igualdade de situações), sem adotar atendimento psicoterapêutico, encaminhando a outro profissional quando necessário.

- Viabilizando espaços de expressão, autonomia e protagonismo na busca de enfrentamento e superação de situações de violação de direitos, identificando o campo de trabalho como expressão da realidade social e não culpabilizando indivíduos promove-se cidadania e direito.

Entende-se assim, que a atuação dos psicólogos no SUAS deve estar fundamentada na compreensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, objetivando problematizar e propor ações no campo social, além disso, aponta-se a importância da psicologia no fortalecimento de indivíduos e grupos para o enfrentamento de vulnerabilidades, na construção de espaços de organização social e familiar de modo a contribuir para a quebra dos ciclos de vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos, a rede de apoio social e a autonomia dos sujeitos, devendo a atuação desses profissionais se nortear pela compreensão dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, pelo respeito à ética nas relações com os demais profissionais e com o público atendido, bem como na produção e divulgação de pesquisas e informações e pelo aprimoramento contínuo.

De acordo com o próprio Código de Ética da profissão, a psicologia se define a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteadas por elevados padrões técnicos e pela existência de normas.

Segundo a cartilha produzida em conjunto pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social, CFP/CFESS (2007), uma psicologia comprometida com a transformação social tem como foco as necessidades, objetivos e experiências dos indivíduos, objetivos e experiências dos oprimidos, não devendo as práticas psicológicas

categorizar e patologizar os indivíduos, mas procurar compreender os processos, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem, intervindo no movimento dos sujeitos e na sua capacidade de intervenção e transformação do meio social onde vive. Dessa forma, o (a) psicólogo (a) nessa área deve desenvolver diferentes atividades em espaços institucionais e comunitários, seu trabalho deve envolver proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico- raciais, religiosos, de gênero, geracionais, orientação sexual e outros segmentos socioculturais, visando a realização de projetos na área social e/ou definição de políticas públicas.

Ainda em conformidade com o material, por meio da atuação interdisciplinar, o (a) psicólogo (a) pode atender crianças, adolescentes e adultos de forma individual ou prioritariamente em grupos, fazendo encaminhamentos quando necessário, tendo ações integradas com os outros profissionais do serviço e de outros, visando o trabalho em rede. Sendo assim, a atuação psicológica requer além do domínio básico de conhecimentos, a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos na busca da promoção da qualidade de vida da população.

Assim, uma das possibilidades do trabalho realizado na comunidade com famílias, grupos e indivíduos, é a compreensão dos significados presentes nas ações dos sujeitos, bem como grupos, buscando a apreensão do sentido que leva a determinadas direções de relacionamentos, conflitos e decisões, com foco na construção de novas respostas, o que é bastante diferente da visão tradicional da profissão como estando voltada à atuação clínica e ao indivíduo e seus conflitos.

Conforme CREPOP (2011), a psicologia vem produzindo conhecimentos que embasam a atuação do psicólogo no campo da assistência social, visando subsidiar a atuação em diferentes espaços institucionais e comunitários, possibilitando que os profissionais realizem ações que envolvam proposição de políticas e ações voltadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos específicos, potencializando a realização de projetos sociais e/ou definição de políticas públicas. Tomando por base esses conhecimentos, intervenções psicológicas com a finalidade de promoção da autonomia, através de ações comprometidas com o bem-estar, a diversidade e as subjetividades de todos, envolvem a participação efetiva da comunidade, parceria com igrejas e movimentos sociais,

compreendendo o indivíduo como produtor de sua história e considerando a participação social como condição básica a cidadania.

A psicologia pode contribuir também para resgatar o vínculo do indivíduo com a Assistência Social, pensando a partir de uma análise crítica da assistência social em estratégias de efetivo exercício do controle social por parte principalmente da população menos favorecida, havendo um compromisso ético-político, comprometido com a promoção da vida através do bem-estar bio-psicossocial, sendo a finalidade básica do psicólogo que atua na assistência social o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas.

De acordo com Contato (2012), os principais desafios apresentados até o momento para a atuação de psicólogos (as) na área de Políticas Públicas são: contratação de pessoal temporário e não efetivo por parte dos municípios, bem como falta de plano de carreiras e salários, o que faz com que haja grande rotatividade de profissionais, capacitação insuficiente e mesmo a pouca importância dada à área da Assistência Social nos cursos de graduação em Psicologia e pós-graduação desses profissionais pelas Universidades e Faculdades, mesmo sendo esta hoje a área que mais emprega no país.

Para CREPOP (2007), outro grande desafio que se coloca à atuação dos (as) psicólogos (as) nos CRAS é a necessária articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, além do desenvolvimento de ações de forma integrada e complementar, percebendo o sujeito e a comunidade de forma integral e não fragmentada, visando, através do diálogo permanente o fortalecimento dos laços e parcerias e a potencialização das ações de forma continuada.

Conforme Inojosa (2000), na prática o trabalho em rede, que exige articulação, conexão, ações complementares, interdependência de serviços, relações horizontais, etc., é algo difícil de se realizar, entre outros fatores, devido ao fato de tradicionalmente as políticas públicas básicas como educação, saúde, assistência social, habitação, trabalho, etc., serem setoriais e desarticuladas, assim como a preparação dos profissionais cada vez mais focada na especialização e aprofundamento cada qual em sua própria profissão.

É importante ressaltar, de acordo com Brasil (2004) que o desenvolvimento de ações no tecido comunitário é uma premissa claramente evidenciada na atual política de assistência social, isso porque nesta se afirma que a proteção social exige a capacidade de maior

aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem.

Além do trabalho em rede, outra premissa fundamental para o psicólogo e demais profissionais da área da assistência social é a centralidade do trabalho com as famílias, sendo fundamental a princípio um alinhamento conceitual sobre o que é família. Como apontam Gomes e Pereira (2005), a partir das diversas mudanças ocorridas nos planos socioeconômico e culturais, pautadas no processo de globalização da economia capitalista ocidental, não há hoje um modelo único de família, podendo-se considerar família não mais como um grupo de indivíduos ligados por laços de sangue e habitando a mesma casa, mas sim, um grupo social formado por indivíduos que se relacionam cotidianamente, assim, há dificuldades em se definir família, cujo aspecto dependerá do contexto social em que está inserida.

Assim, como Yazbek (2003) não há um modelo único de família, além disso, o conceito de pobreza também não pode ser definido de forma única, podem ser considerados pobres aqueles que, temporária ou permanentemente não possuem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em diferentes graus da riqueza social.

Para Petrini (2003) no decorrer da evolução histórica, a família permanece como matriz do processo de civilização, como condição para o processo de humanização e socialização das pessoas, sendo a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas.

Segundo Miotto (2004), o trabalho com famílias envolve inúmeros aspectos como as diferentes configurações familiares, as relações que estas vêm estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. Além destes, estão envolvidos os aspectos inerentes à própria história e desenvolvimento das profissões que atendem a esse campo, deste modo, essa forma de atuação tem representado numa fonte de preocupação para os profissionais da área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade.

Conforme destacam Wiese e Santos (2015), é possível identificar nas normativas que embasam a política de assistência social que há uma priorização da responsabilidade à família, pois conforme defendido no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), independente dos formatos ou modelos que assume, a família é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o

privado. O Estado passa por um processo de desresponsabilização das ações diretas junto aos usuários diretos da assistência social, responsabilizando a família, cabendo ao Estado trabalhar e subsidiar essas famílias em sua maior parte extremamente vulneráveis.

Ainda conforme Wiese e Santos (2015), diante dos fatos e das situações acima citadas a Política Nacional de Assistência Social, traz a proposta de atuação enfatizando o trabalho sócio-educativo centralizando a família em suas múltiplas configurações e organizações, focalizando suas particularidades e singularidades nas diferentes situações que são apresentadas e nos diferentes níveis sociais, não sendo possível determinar uma metodologia de trabalho com famílias a ser seguida, ou determinada, e sim trazer a discussão e fazer pensar os profissionais que trabalham na implantação e execução da proposta pela Política Nacional de Assistência Social. Assim, o desafio das políticas públicas que visam a proteção social é pensar e repensar a família buscando superar velhas ações e concepções centradas na focalização e estratificação da proteção social a partir das famílias.

Para Rosa (2006), na atualidade há o reconhecimento da centralidade da família nas políticas públicas, bem como nos programas e projetos da iniciativa privada, especificamente na Política de Assistência social, desde a promulgação da LOAS, está em andamento o processo de implementação da assistência social como direito, rompendo com o legado do assistencialismo, cabendo à família desempenhar um novo papel de protagonista. Desta forma, o trabalho com famílias, sobretudo as que se encontram em situação de vulnerabilidade social exige uma equipe formada por profissionais com diferentes formações, conhecimentos e olhares, ou seja, é necessário um trabalho interdisciplinar, priorizando a ação com grupos. O trabalho com famílias nas suas mais diversas configurações compõe o cotidiano da atuação do assistente social na quase totalidade de suas áreas de intervenção, porém o mesmo não se pode afirmar do psicólogo.

Há alguns princípios que precisam ser considerados ao se propor políticas de atendimento à família, tais como:

- 1) Romper com a ideia de família sonhada e ter a família real como alvo. A família pode ser fonte de afeto e também de conflito, o que significa considerá-la um sistema aberto, vivo, em constante transformação.
- 2) Olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, ampliando o foco sobre a mesma.
- 3) Trabalhar com a escuta da família, reconhecendo sua heterogeneidade.
- 4) Não olhar a família de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros; se um membro está precisando de assistência, sua família estará também.
- 5) Centrar as políticas públicas na

família, reconhecendo-a como potencializadora dessas ações e como sujeito capaz de maximizar recursos. 6) O Estado não pode substituir a família; portanto a família tem de ser ajudada. 7) Não dá para falar de políticas públicas sem falar em parceria com a família (GOMES e PEREIRA, 2005, p. 362-363).

Ainda segundo Gomes e Pereira (2005), a questão fundamental é a necessidade de promoção e apoio às famílias vulneráveis, através de políticas sociais bem articuladas e focalizadas, sendo que o reconhecimento das mesmas como objeto de políticas públicas é um fator decisivo para que sejam atingidos objetivos prioritários ao desenvolvimento humano, como minimização da pobreza, acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e proteção integral às crianças e adolescentes.

Conforme apontam Ximenes et al. (2009), no desenvolvimento das ações da Proteção Social Básica, o profissional de Psicologia pode utilizar algumas estratégias a fim de conhecer a vida e a dinâmica das famílias e do seu contexto e de estabelecer vínculos fundamentais com estes. Cotidianamente, tais estratégias envolvem, por exemplo, a realização de entrevistas, visitas domiciliares, participação em atividades da comunidade, registros de acontecimentos significativos em diários de campo, conhecimento sobre a história do lugar através de conversas informais com moradores, de contatos com lideranças formais e informais e do levantamento de documentos e de outras produções locais e acompanhamento de grupos.

De acordo com Torossian e Rivero (2012), o processo de ressignificação da psicologia em relação ao tema da vulnerabilidade social passa pela necessidade de desconstruir conceitos estáveis e significações cristalizadas, assim, o profissional de psicologia ao olhar de forma crítica as políticas públicas existentes, com relação, por exemplo, aos programas sociais e de emprego, deve questionar os efeitos dessas políticas nos movimentos de vida das pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade, desta forma, os profissionais precisam estar preparados para trabalhar essas questões, pois, do contrário há o risco de fortalecimento dos processos de vulnerabilização, ao considerar, por exemplo, o emprego formal como a única forma de enfrentamento ao desemprego.

Segundo Ximenes et al. (2009), pensar nas possibilidades de articulação entre a Psicologia e a Política de Assistência Social consiste em um importante esforço que pode contribuir tanto para a efetivação da profissão como para o aprimoramento da Política de Assistência social, rumo às práxis que recusem a perpetuação de injustiças sociais crônicas que marcam a realidade brasileira, assim, a investigação-ação do psicólogo deve voltar-se

para os processos interacionais que perfazem os modos de vida comunitários, tendo em vista o seu caráter mediador na construção de saberes, práticas e atores sociais, sempre considerando os contextos socioculturais.

Conforme Jornal do Federal (2012), com todas as mudanças que vem ocorrendo na área da Psicologia, esta pode continuar crescendo em sintonia com os anseios e necessidades da sociedade brasileira, sendo que o profissional de hoje está muito mais comprometido na construção das políticas públicas, o universo da área contava na época com mais de 50 mil profissionais atuando no Sistema Único de Saúde (SUS), na Assistência Social, na Justiça, na Segurança Pública e Forças Armadas, segundo dados do Conselho federal de Psicologia.

De acordo com Carlson e Pinheiro (2013), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) propõe como um dos elementos fundamentais para o cumprimento dos objetivos dos serviços socioassistenciais a articulação em rede, termo que sugere as ideias de: articulação, conexão, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco pessoal e social, sendo que a primeira rede a ser acionada é a própria equipe de trabalho e posteriormente com as demais secretarias/ serviços a partir do princípio de incompletude institucional, porém, na prática, é possível observar que essas relações não ocorrem de modo fácil, sendo a falta de consciência sobre a importância de trabalhar em rede um dos obstáculos mais significativos e que atinge a todos os profissionais, inclusive os psicólogos.

3.1. Formação do (a) psicólogo (a) e capacitação para a atuação em políticas públicas

Conforme denomina Bourdieu (2007), o campo é o espaço onde as posições de determinados agentes se encontram a priori fixadas, se define como um lócus onde se trava uma luta entre os atores em relação de interesses específicos que caracterizam a área em questão, sendo que todo ator age no interior de um campo socialmente predeterminado, a prática conjunta do habitus e da situação ocorre em um espaço que transcende as relações entre os atores, assim, toda a eficácia da ação se encontra pré estabelecida e o ator só realiza

as ações que efetivamente pode efetivar. O campo não é resultado de ações individuais, pois abre a possibilidade de estudar as realizações existentes em um campo determinado, assim, as estratégias dos agentes que compõem e o sistema de transformação ou conservação desse campo e por consequência da sociedade, a chance que cada ator tem de escolher o que é ofertado depende de sua posição dentro do sistema de estratificação.

Desta forma, para Bourdieu (2007), o campo se torna particular como um espaço onde se manifestam relações de poder, se estruturando a partir da distribuição desigual de um quantum social, denominado como capital social, que determina a posição social que um agente específico ocupa em seu meio, como referência pode-se compreender a estrutura de campo de acordo com dois polos: dominantes e dominados, sendo que os primeiros são os que possuem o máximo de capital social, em contrapartida os dominados se definem pela ausência ou raridade de capital social específico que determina o espaço no campo em questão. As relações entre os indivíduos se constituem em relações de poder e reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade, a sociedade é assim entendida como estratificação de poder, logo a reprodução da ordem não se confina aos aparelhos coercivos do Estado, mas se inscreve em níveis mais profundos para atingir inclusive as representações sociais, se instaurando objetiva e subjetivamente, pois toda ideologia instaura um conjunto de valores e também consiste em um modo de conhecimento, outra propriedade do campo é que todas as pessoas que estão engajadas num campo têm um certo número de interesses fundamentais em comum.

A inserção dos (as) psicólogos (as) no campo das políticas públicas e especificamente como profissionais integrantes do SUAS é bastante recente, além do fato de que, de modo geral esses profissionais não são devidamente preparados em sua formação para atuar nessa área, o que pode ser observado ao analisarmos os componentes curriculares para o ano de 2015 das quatro Universidades públicas que ofertam o curso de psicologia no Paraná, sendo elas: UFPR (Universidade Federal do Paraná), UEM (Universidade Estadual de Maringá), UEL (Universidade Estadual de Londrina) e UNICENTRO (Universidade estadual do Centro Oeste). Além das três instituições privadas que ofertam o curso na cidade de Maringá UNICESUMAR (Centro Universitário Cesumar), UNIFAMMA (Faculdade Metropolitana de Maringá) e Faculdade Ingá (Uningá).

Foi possível observar que, dentre as universidades públicas, apenas a UEM oferece uma disciplina específica intitulada “Psicologia e Assistência Social”, porém esta é optativa, dentre as particulares, tanto a Faculdade Ingá quanto a UNICESUMAR ofertam a disciplina Direitos Humanos, que é obrigatória na UNICESUMAR e optativa na Faculdade Ingá. No caso da Faculdade Ingá a disciplina Direitos Humanos é ministrada pela pesquisadora e um bimestre é dedicado ao estudo das Políticas Públicas, na Faculdade Ingá este tema é abordado também na disciplina intitulada “Temas atuais em Psicologia Social”, a qual contempla em seu plano de ensino um bimestre dedicado ao estudo da atuação na área da assistência social, sendo esta disciplina obrigatória.

Diante do exposto, pode-se pensar que os conteúdos acerca da práxis do psicólogo no campo da assistência social e políticas públicas, vem sendo abordados pelas instituições de ensino, mas, em geral, de forma breve e dentro de um outro componente curricular, porém salienta-se que essa análise dos componentes curriculares ocorreu através dos sites das Universidades, não havendo maior aprofundamento.

Em contraste com o exposto acima, observa-se na Resolução número 5 do dia 15 de março de 2011 do MEC (Ministério da Educação) que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia, que a profissão deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos, dentre outros: compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão e atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades.

As autoras Cruz e Guareschi (2012), ao observar a própria prática docente, ressaltam que, a formação acadêmica ainda privilegia o conhecimento técnico-científico, usando concepções e práticas avaliativas e adaptacionistas, sendo que o trabalho com políticas públicas exige pensar a partir do lugar do outro e não apenas reproduzir conhecimentos ou técnicas, implica sensibilizar para tópicos pouco contemplados na academia como assistência social, direitos humanos, cidadania, movimentos sociais e conselhos, sendo necessária a articulação da dimensão política com a formação acadêmica e conseqüentemente nas práticas profissionais, pois estão completamente associadas.

Com relação à Capacitação após o ingresso na área da assistência social, tem importante papel o Programa Nacional de Capacitação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, instituído em 16 de março de 2012, por meio da Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), sendo que no estado do Paraná, sua execução ficou sob responsabilidade das Universidades públicas, na regional de Maringá a responsável é a Universidade Estadual De Maringá (UEM), tendo ocorrido dois cursos no ano de 2014 Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefício Socioassistenciais do SUAS e Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria e Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, estando, de acordo com o site <www.mds.gov> (acesso em 21 de agosto de 2014) prevista sua continuidade com os cursos que se seguem abaixo:

- Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Brasil Sem Miséria (BSM), destinado a gestores e técnicos de nível superior das secretarias de assistência social dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e coordenadores de CRAS e CREAS;
- Curso Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, destinado a técnicos que atuam diretamente nas atividades de gestão dos fundos de assistência social (nível médio e superior);
- Curso de Atualização em Elaboração de Planos de Assistência Social, destinado aos trabalhadores do SUAS que atuam nas funções de gestão e de controle social nos municípios, estados e no Distrito Federal;
- Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social, destinado a conselheiros municipais, estaduais e do Distrito Federal e trabalhadores do SUAS que exercem a função de apoio ao exercício do controle social;
- Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencial, destinado a gestores do SUAS municipais, estaduais e do Distrito Federal.

Pode-se observar que não há previsão de capacitação específica a respeito da atuação de psicólogos e assistentes sociais nos CRAS, bem como para o trabalho interdisciplinar e em rede, desta forma, estes temas podem ser abordados dentro dos conteúdos, porém não de forma aprofundada, cabendo salientar que os temas foram previamente definidos pelo MDS e que o número de vagas para cada curso é limitado, assim, nem todos os profissionais dos CRAS possuem vagas garantidas. Além disso, cabe destacar que as capacitações são responsabilidade dos municípios, estados e governo federal, não devendo se limitar apenas ao CAPACITASUAS, mas sim ser continuadas e ocorrer em todas as esferas, inclusive considerando-se as peculiaridades de cada município e de cada equipe, pois algumas precisam de maior aprofundamento enquanto outras carecem de conteúdos básicos.

De acordo com Carneiro (2014), uma possibilidade de atuação para o psicólogo no âmbito do SUAS é a gestão do trabalho, que envolve, entre outras atividades, pensar em ações de formação e educação permanente para qualificação dos serviços a partir da capacitação profissional, tanto de servidores estaduais que atuam diretamente na gestão da política como dos municipais e da rede prestadora de serviços diretos a população, em parceria com pedagogos, os psicólogos podem ajudar a definir e aplicar metodologias adequadas para a condução dos cursos.

Além disso, outra tarefa da gestão do trabalho é estabelecer espaços de negociação entre servidores e gestores com o objetivo de melhorar o trabalho, neste sentido, a habilidade de mediação do profissional de psicologia se faz determinante para o avanço das discussões, porém, Carneiro (2014) afirma que essas iniciativas devem fazer parte do planejamento e do orçamento do Estado e não depender da iniciativa isolada de um ou outro profissional, além disso, a excessiva centralidade de processos decisórios em cargos de natureza política e o direcionamento de esforços dos psicólogos exclusivamente para tarefas administrativas, desconsiderando o conhecimento técnico adquirido e as potencialidades dessa categoria constituem-se como desperdício.

Conforme afirma Constantino (2010), esse novo campo de atuação tem produzido movimentação dos profissionais, o que pode ser notado a partir das discussões realizadas nos Seminários de Psicologia e Políticas Públicas realizados em 2003, 2005 e 2007, elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), levantando questões sobre o futuro da profissão e sua identidade, da socialização da psicologia e interlocução com a assistência social e práticas multidisciplinares, da participação na consolidação da democracia e cidadania e do papel do Estado. De modo geral, os seminários apontam para o fato de que as possibilidades concretas de intervenção dos psicólogos na sociedade devem passar pelas políticas públicas de Estado, ou esses profissionais não terão muito êxito, sendo necessário criar um elo entre o campo de produção acadêmica e as práticas psicológicas com foco na transformação social, neste sentido, vem atuando o CREPOP, com o objetivo de consolidar a produção de referências para a atuação dos psicólogos em políticas públicas.

Constantino (2010) descreve alguns estudos a fim de refletir sobre a prática dos psicólogos nos CRAS, concluindo que as equipes encontram-se em conflito com suas práticas, seja pela formação acadêmica ou falta de informação e capacitação, observando-se

que a maior parte dos psicólogos realiza atendimentos psicoterápicos (em grupos e individuais) de forma cotidiana e sistemática dentro da dinâmica de funcionamento dos CRAS, priorizando o *setting* (entendido como conjunto de normas e procedimentos norteadores do trabalho dos psicólogos) tradicional do campo do psicólogo, resquício de sua formação acadêmica que prioriza a clínica em detrimento de outras práticas principalmente as coletivas em que se priorizam a família e a comunidade.

Cruz (2009) reforça esses resultados ao realizar uma pesquisa com 32 psicólogos de 28 cidades do estado do Sergipe que atuam em CRAS, evidenciando uma série de desafios para a inserção dos psicólogos na assistência social, sendo o principal deles, qualificar os profissionais e redefinir o foco das atividades realizadas para que predominem práticas coletivas com as famílias e a comunidade, ressaltando que maioria dos profissionais pesquisados é composta por jovens, recém-formados, com pouca experiência de trabalho, desconhecendo a política de assistência social, apresentando, no entanto, grande interesse em querer se qualificar.

Beato et al. (2011) discorre sobre os dados de um estudo nacional multicêntrico realizado em 2010 pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), tendo como objetivo geral analisar as significações dos (as) psicólogos (as) sobre o trabalho que desenvolvem nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), visando compreender como o psicólogo se situa nesse cenário a partir do que está previsto na política. Ao todo foram mapeados 381 psicólogos, o que não corresponde ao total, porque nem todos os CRAS de Minas Gerais responderam os ofícios encaminhados pelo CREPOP, a metodologia utilizada foi o grupo focal (GF), que valoriza a expressão dos sujeitos em interação com pares.

Os principais resultados apontados são as seguintes: certa preocupação em evidenciar as especificidades do papel do psicólogo, em contraposição às do assistente social, o que perpassou todos os GF. Os demais atores da política sejam usuários, gestores ou profissionais também estariam com dificuldades nessa compreensão. Os muitos psicólogos que defenderam esse argumento atribuem o problema à imprecisão do marco normativo da política, à escassez de literatura científica que contextualize a psicologia no SUAS, além de inadequações da gestão local.

Na pesquisa supracitada várias pessoas disseram, que por trabalharem no CRAS, não são reconhecidas como profissionais da psicologia e alguns poucos chegaram a afirmar que eles mesmos não se reconhecem como tal, sendo que a instabilidade identitária de muitos psicólogos também se relaciona com a impossibilidade da utilização da prática clínica em sua concepção clássica. Aqueles que passaram por disciplinas ou experiências de campo durante a graduação ou pós-graduação, de alguma forma relacionada ao trabalho que desenvolvem no CRAS, colocam-se em posição de maior segurança para desempenhar suas atividades foram justamente os aspectos ligados à prática clínica como escuta e compreensão de fatores subjetivos os mais ressaltados pelos participantes como contribuições efetivas da psicologia para o trabalho no CRAS. Nesse sentido, a atuação do psicólogo se pautaria mais em questões subjetivas análise de relações familiares, papéis, vínculos, questões relacionadas à saúde mental, enquanto o assistente social estaria voltado para aspectos objetivos, tais como cadastramento, concessão de benefícios e avaliação socioeconômica, sendo apontados por muitos psicólogos conflitos com os assistentes sociais.

Para Afonso (2009), a escuta clínica perpassa o trabalho no CRAS, a escuta clínica não seria uma resolução de sintoma psíquico, mas a promoção das potencialidades do sujeito propiciando o seu maior acesso aos direitos existentes e melhor exercício de sua capacidade de ser sujeito, isto é, de ter direito a ter direitos. Novos contextos, como o SUAS, apresentam para o psicólogo o desafio de analisar a dimensão subjetiva dos fenômenos presentes no campo das políticas públicas a partir da consideração do caráter histórico da subjetividade.

Brasil (2009), diretriz mais recente do MDS para os trabalhadores de CRAS, destaca que a situação de vulnerabilidade social é complexa e multifacetada, exigindo respostas interdisciplinares construídas coletivamente e não apenas por intermédio do envolvimento individualizado de técnicos com diferentes formações, assim, espera-se que a equipe supere a abordagem segmentada do caso, ao passo que reconheça as diferenças e articule objetos e instrumentos de conhecimento distintos.

Conforme esta ressaltado no CREPOP (2007), o CRAS é responsável pela oferta de serviços socioeducativos geracionais, intergeracionais e com famílias, sócio-comunitário, reabilitação na comunidade entre outros, além do acompanhamento de beneficiários de diferentes programa de distribuição de renda como o Bolsa Família e programas e projetos de capacitação e promoção da inserção produtiva para o público que recebe benefícios sócio

assistenciais, geração de trabalho e renda e programas e projetos de enfrentamento a fome e pobreza, devendo o psicólogo participar de todas essas ações, articulando suas práticas a um plano de trabalho elaborado em conjunto com a equipe multidisciplinar. O trabalho deve ter caráter contínuo e levar em conta que o público-alvo é composto por pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos, discriminações (etárias, étnicas, de gênero, por deficiências, etc.), sendo necessário o conhecimento acerca de todas essas peculiaridades.

Ainda segundo o material citado, os profissionais do CRAS devem apropriar-se dos fundamentos ético-legais, teóricos e metodológicos para o trabalho com as famílias e cada um de seus membros, considerando acima de tudo as necessidades e possibilidades objetivas e subjetivas existentes no território, além disso, devem possuir conhecimentos sobre indicadores de vulnerabilidade e risco sócio-psicológico, especificidades étnicas e culturais da população brasileira, trabalho com grupos e redes sociais, dialética exclusão/inclusão social, leitura sócio-psicológica da realidade, incentivo aos usuários para que exerçam e busquem seus direitos e garantia de acesso da população à Política de Assistência social sem qualquer forma de discriminação.

De acordo com as normativas (a) psicólogo (a) deve integrar as equipes de trabalho em igualdade de condições e com liberdade de ação, tendo papel de contribuir para a construção de uma nova ótica de atuação que abandona o assistencialismo e compreende o cidadão como autônomo e com potencialidades, assim, é fundamental a atenção sobre o significado social da psicologia, apontando para novos dispositivos que rompem com o privativo da clínica, mas não com a formação em psicologia, que traz em sua essência a valorização do outro e intervenção e escuta comprometidas com a superação e promoção da pessoa, no entanto, nem sempre isso vem ocorrendo e a origem do problema parece estar exatamente nos cursos de formação ao priorizarem de modo geral o enfoque clínico e não apresentarem ao aluno outras possibilidades para colocar em prática seus conhecimentos.

4 CAPÍTULO 3 - Apresentação e discussão dos resultados das Entrevistas grupais

As entrevistas foram realizadas dois encontros com duração média de uma hora e meia cada um, tendo sido agendados em dias e horários diferentes visando contemplar um maior número de psicólogos, visto que uma das características do profissional de psicologia é acumular dois ou mais empregos diferentes, como quase a totalidade dos (as) psicólogos (as) de CRAS cumprem carga horária de 30 horas semanais e os salários não costumam ser elevados, observamos que é comum que trabalhem em outro período em alguma instituição pública e principalmente em clínicas particulares.

De acordo com Heloani, Macedo e Cassiolato (2010) a média salarial dos (as) psicólogos (as) estava entre três e seis salários mínimos, conforme pesquisa realizada no ano de 2006 com os profissionais devidamente cadastrados nos conselhos regionais de psicologia.

Os contatos foram feitos via e-mail, cabendo destacar que os e-mails utilizados foram os que constam no banco de dados da SEDS e que são e-mails gerais do CRAS e não específicos de cada funcionário, assim, efetuamos alguns contatos telefônicos e foi possível observar que alguns estavam desatualizados e outros em desuso. Foram chamados todos os psicólogos que atuam nos 38 CRAS da regional de Maringá, tendo sido anexado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (anexo 1) e explicados os objetivos da pesquisa.

Obtivemos retorno de pelo menos dois CRAS em que os psicólogos no momento da pesquisa encontravam-se afastados por licença médica e no caso de outros três municípios foi relatado que não possuíam psicólogos em suas equipes, o que caracteriza situação de irregularidade destes, sendo atribuída à grande rotatividade de profissionais e às dificuldades com pagamento de funcionários, sendo esta uma responsabilidade dos municípios apenas cofinanciada em partes pelo Governo Federal.

Além de possíveis dificuldades com o e-mail institucional dos CRAS, e do fato de os psicólogos em geral trabalharem em outros lugares no período oposto ao do trabalho no CRAS, conforme relatado anteriormente, algumas hipóteses para a pouca adesão dos psicólogos a participação na pesquisa são as seguintes:

- Pouco incentivo por parte das chefias e coordenações municipais, pois em alguns municípios a participação seria possível apenas no horário contrário ao do trabalho no CRAS, ou o funcionário teria que repor as horas dedicadas à participação na pesquisa. Isto indica pouco

comprometimento de alguns gestores até mesmo em viabilizar pesquisas que potencialmente possam trazer benefícios aos funcionários e aos serviços e em partes também de alguns profissionais que relataram que só iriam no horário de serviço no CRAS.

- A distância de alguns municípios, principalmente em casos em que o próprio profissional teria que custear a viagem.

- É importante destacar também o papel desempenhado por mim junto à SEDS, visto por grande parte dos profissionais dos municípios como sendo de fiscal, o que de fato não é a única, mas é uma das atribuições desempenhadas, além disso, no mesmo mês em que foram mandados os convites para os grupos focais, houve uma demanda de visitas aos CRAS em que observamos a adequação ou não dos equipamentos em termos de espaço físico, equipes, horário de funcionamento, atividades realizadas, etc., sempre tendo por base as exigências das legislações vigentes. Sendo assim, supõe-se que muitos psicólogos e também coordenadores não tenham conseguido separar as situações entendendo que a participação no grupo poderia de alguma forma expor as fragilidades do município ainda mais, mesmo que tenham sido deixadas claras no Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos as questões pertinentes ao sigilo e anonimato das informações.

A seguir serão apresentados os principais resultados advindos das entrevistas em grupo, analisados conforme a bibliografia consultada e os pressupostos da análise de conteúdo, os nomes atribuídos aos participantes são fictícios.

Apenas dois psicólogos estiveram presentes no primeiro encontro, sendo um atuante em um município de pequeno porte 1 (Ana: 34 anos, divorciada) e outro em um município de pequeno porte 2 (Bruno, 29 anos casado), no segundo encontro também estiveram presentes somente duas profissionais: Carla (32 anos, casada) que é uma das psicólogas atuantes no único município de grande porte da região e Daniela (29 anos, solteira) a qual trabalha em um município de pequeno porte 1.

A orientadora da pesquisa começou se apresentando e reforçando os objetivos e o método de entrevista grupal, em seguida foram apresentadas as perguntas contidas no questionário (anexo 2), fazendo intervenções durante as falas quando necessário e ao mesmo tempo conduzindo de forma a deixar que os participantes falassem da forma mais livre possível sobre os temas apresentados.

Antes mesmo do início da entrevista, ao se conhecerem os indivíduos Ana e Bruno já falavam sobre as dificuldades em adquirir conhecimentos na área, sendo necessário muito investimento pessoal de tempo e dinheiro para fazer cursos de atualização e capacitação, além do fato de que Ana acumula a função de coordenadora do CRAS, sem que receba nenhum recurso adicional por essa responsabilidade.

Ana e Bruno são formados na mesma instituição de ensino particular de Maringá, um primeiro dado que chama a atenção é com relação a formação, pois embora Ana tenha se formado em 2004 e B em 2009 foi possível observar através dos relatos que houve pouca mudança na grade curricular do curso, sendo relatada por ambos como uma formação generalista e prática, extremamente voltada para o mercado de trabalho, tendo enfoque quase absoluto na área clínica.

Porém uma mudança relatada por Bruno é que além do campo de estágio nas áreas tradicionais de atuação do psicólogo (clínica, escolar e trabalho) o aluno também podia optar pela área jurídica e saúde mental (com ênfase na saúde pública) o que foi apontado por Ana como novidade, pois em sua formação esses dois últimos campos não foram nem mencionados. Esse fato pode ser entendido como um avanço, pois segundo Bruno, o momento em que se deparou com a opção por estágio nessas duas áreas no quinto ano da faculdade foi muito marcante, pois foi quando teve a dimensão de que a psicologia não se resumia a área clínica, tendo optado por um estágio na área de Saúde mental, o que segundo ele serviu para um maior conhecimento acerca das políticas públicas, nesse momento na área da saúde, mas posteriormente serviu de base para o trabalho na assistência social.

Gondim et al. (2010), afirmam que eventos histórico-culturais como a nuclearização da família e a responsabilidade individual na descoberta e cuidado de si contribuíram para a difusão da visão de um sujeito individual, dotado de vontades, necessitando ser libertado das amarras sociais, o que teve influência direta tanto na construção da identidade dos psicólogos, como na expectativa da sociedade com relação ao seu trabalho, o que torna compreensível que a formação teórica ainda esteja direcionada ao modelo clínico tradicional de atendimento, pois apesar das mudanças, tal imagem ainda é mais conhecida e valorizada pela sociedade e pelos próprios psicólogos.

Carla e Daniela se formaram no ano de 2008, Carla em uma instituição de ensino privada da cidade de Maringá diversa da instituição em que se graduaram Ana e Bruno

enquanto Daniela é a única entre os indivíduos estudados que se graduou em uma Universidade pública do município.

Com relação à pós-graduação, todos os participantes possuem pós-graduações, mas nenhum na área específica de atuação em CRAS, mesmo porque segundo eles, desconhecem cursos com esse enfoque na região de Maringá.

Ana possui pós-graduação em saúde mental, em psicologia Junguiana e em psicologia cognitivo-comportamental, não tendo definido até o momento qual abordagem teórica pretende seguir, mas identificando sua predileção pelo trabalho com grupos, enquanto Bruno relata que desde a graduação sempre teve seu interesse voltado para a psicologia comportamental, tendo sido monitor desta disciplina o que o forçou a estudar e buscar o conhecimento sobre essa abordagem, possuindo pós-graduação nessa linha teórica. O mesmo observou que sempre foi ativo na busca pelo conhecimento, sendo que para ele, a construção do conhecimento é algo pessoal, devendo o psicólogo ser pró-ativo, desde o curso de graduação, pois hoje é exigido que esse profissional seja criativo e autônomo.

Carla é pós-graduada em Abordagem sistêmica: Atenção a família e sociedade e Daniela em Neuropedagogia, Saúde Mental, Gestão Social e no momento está cursando pós em Terapia de Reprocessamento de Traumas.

No que diz respeito a ter pretensão em atuar na área de assistência social após se formar todos os participantes relatam que entraram para a área por “acidente”, pois sequer conheciam esse campo de atuação. Ana diz que em 2004 logo que se formou mandou currículos para onde sabia que estava precisando de psicólogos, assim, foi chamada a atuar na secretaria de assistência social do mesmo município em que hoje atua no CRAS, sendo que na época nem havia este equipamento, nem sabia que existia o SUAS, mas foi se inteirando com a prática, sendo orientada por uma assistente social.

Já Bruno, havia feito estágio no CAPS de um município da região, ainda na graduação, se interessando pela área de atuação em saúde mental, logo que se formou foi publicado o edital da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para trabalho temporário em Especialidade em saúde mental, visando suprir a falta de profissionais especializados em municípios que não possuem Centros de Atenção psicossocial (CAPS), tendo sido esta sua primeira atuação profissional. Bruno relata que mesmo sendo áreas e públicos diferentes, a atuação com especialidades em saúde mental se assemelha muito à do CRAS devido ao fato

de consistir em trabalhar prioritariamente com grupos sem o enfoque psicoterapêutico e ter a necessidade de atuar em equipe, visitas domiciliares e conhecimento da rede de serviços.

Em seguida Bruno passou em um concurso público imaginando que a vaga seria para atuar no CAPS do município, mas quando soube que a vaga seria para o CRAS ficou desesperado, pois sempre dizia “Deus me livre e guarde cair num CRAS”, visto que possuía uma visão de que a atuação nessa área se resumia a assistencialismo, depois do primeiro impacto foi estudar e se inteirar sobre a atuação nessa área e sobre o SUAS, pois não sabia nada a respeito. Bruno relata ter tido “sorte”, pois logo que começou a atuar no CRAS em 2013 foi chamado a participar do grupo de psicólogos organizado por mim, o que para ele foi sua fonte de conhecimento e troca de experiências.

Dimenstein (2001) problematizou as interfaces entre as políticas públicas de saúde e assistência social, salientando a urgência de reformulação do paradigma psicológico que prioriza a psicopatologia e procuram estratégias de tratamento para a construção de uma clínica ampliada que seja capaz de acolher a complexidade e o coletivo, sendo territórios de constante tensão e disputas.

Um dado interessante apresentado por Ana e Bruno em diversos momentos da entrevista foi o envolvimento que possuíam com grupos ligados a Igreja católica, mesmo anteriormente a entrada no curso de graduação em psicologia, sendo que o informante Bruno até o momento atua como voluntário em um desses grupos que tem entre suas atuações um viés assistencialista, com ações diretas voltadas às comunidades carentes, além de promover encontros e retiros espirituais com crianças e adolescentes, onde Bruno disse que começou a atuar com grupos mesmo antes da graduação, sendo auxiliado pelas pessoas mais experientes. Mesmo que Bruno aparentemente tenha pleno entendimento de que os grupos que realiza com o público da igreja e o público atendido no CRAS diferem quanto a métodos e objetivos, entende que essa experiência preliminar com grupos foi um grande facilitador em sua inserção no CRAS, da mesma forma, Ana relatou que sempre gostou de trabalhar com grupos e também traz essa herança dos encontros que participava vinculados à igreja.

Isto nos remonta a origem da assistência social que de acordo com Iamamoto (2011) está diretamente relacionada à união entre Estado e Igreja a partir da década de 1930, visando resguardar e consolidar a ordem e disciplina social, ficando a cargo da Igreja católica através do assistencialismo harmonizar as classes em conflito, na tentativa de manter o controle sobre

o proletariado, a partir da década de 50 o serviço social passa a inserir em seu discurso humanista cristão conceitos científicos, mas ainda de forma muito positivista, para apenas nos anos 80 incluir em sua formação profissional o estudo de autores que possuem uma visão crítica, contribuindo para a revisão das práticas e separação entre assistencialismo e serviço social. Sendo possível observar, no entanto que resquícios da prática do assistencialismo permanecem no ideário e\ou nas práticas de alguns profissionais da área, bem como a vinculação com a igreja e seus pressupostos de amor ao próximo, ajuda, misericórdia.

Cabendo ressaltar ainda que a escolha pelo curso de psicologia de acordo com Gondim, Magalhães e Bastos (2010), para a maioria das pessoas se dá por vocação, sendo o interesse em ajudar o próximo um dos motivos mais apontados para o ingresso neste curso de graduação, sendo apontadas algumas características pessoais como facilidade em ouvir e estabelecer vínculos como pré-requisitos para a atuação do psicólogo.

Carla e Daniela relataram que não pretendiam atuar na área da assistência social ao concluírem a graduação, e também que não tiveram nenhuma matéria ou estágio na área em sua grade curricular, segundo Carla este conteúdo só era ofertado a partir de uma matéria optativa. Daniela afirmou que inicialmente pretendia atuar na área organizacional devido ao fato de vir de uma família de comerciantes, segundo ela, a Universidade pública em que se formou até então era extremamente fechada com ênfase apenas na área clínica e nas tradicionais áreas do Trabalho e Educação com um viés conservador e patologizante, voltado para “curar” as pessoas e “colocá-las em caixinhas”. Porém teve a oportunidade de ter contato com área social a partir de um projeto de extensão à comunidade chamado Fênix, então coordenado pela Dra Angela Caniato, onde trabalhavam com adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade visando seu protagonismo social. A partir dessa experiência Daniela mudou seu foco e passou a ter um olhar mais amplo, vendo sempre o sujeito em seu contexto.

Interessante ressaltar que no caso de Bruno, sua experiência na graduação como estagiário também foi apontada como fundamental para a posterior definição profissional, como salientam Cruz e Guareschi (2012), os cursos de graduação atualmente são muito voltados à prática e pouco direcionados à formação do pensamento crítico e ao conhecimento de diferentes contextos de atuação, além disso, nota-se que as escolhas dos alunos se devem às oportunidades que são ofertadas, assim, os alunos se identificam com as áreas de atuação e linhas teóricas que conhecem durante a graduação, por isso o grande interesse até os dias

atuais pelas áreas tradicionais, o que se deve originalmente não só ao direcionamento econômico-político das instituições de ensino, mas também à própria formação dos professores.

De acordo com Carla, logo que se formou foi trabalhar em uma Organização Não Governamental (ONG), pois foi indicada por uma amiga e já se identificava com a área social, mesmo ainda não tendo quase nenhum conhecimento na área, no entanto, concomitante ao trabalho na ONG, começou a fazer uma pós-graduação em abordagem sistêmica, a qual vê o funcionamento das famílias e sociedade como uma engrenagem, o que a fez se identificar ainda mais com a área da assistência e se interessar por prestar concurso para esta área.

Segundo Minuchin (1990), psicólogo e terapeuta familiar, importante autor dentre os que seguem a abordagem sistêmica, a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas diretamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo. Assim, o sistema familiar muda à medida que a sociedade muda, e todos os seus membros podem ser afetados por pressões internas e externas, fazendo que ela se modifique com a finalidade de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros.

Daniela mencionou que entrou para a assistência social não por ter escolhido, mas por ter “sido escolhida”, logo que se formou participou de processo seletivo para vaga em um município da região, quando passou foi encaminhada para atuar no órgão gestor da assistência social, pois era onde precisavam com maior urgência de funcionários, na época o município não possuía CRAS nem assistente social trabalhando na secretaria de assistência social. Então, assumiu a função de estruturar e organizar todos os serviços, equipes, finanças e implantar o CRAS, tendo lido exaustivamente as normativas, cartilhas e materiais em geral da assistência social, o que a fez entender o SUAS como um todo e atuar dentro das normas, posteriormente atuou no CRAS que ajudou a implantar e foi demitida por ter vencido o contrato, visto que não era concursada, no último mês voltou a ser contratada pela mesma prefeitura para atuar na educação, novamente devido a ser a área mais urgente e descoberta no momento, desta vez como concursada.

O relato de Daniela indica a precariedade e falta de compromisso de alguns gestores com as políticas públicas de modo geral e, em especial com as políticas sociais direcionadas à

população carente, agindo apenas sobre pressão e contratando profissionais apenas para momentos emergenciais em que os serviços são ameaçados de ser fechados ou perder financiamento. Tanto Carla quanto Daniela relataram a falta de importância muitas vezes advinda dos cargos de chefia e órgão gestor com relação ao trabalho dos psicólogos no CRAS, cabendo ressaltar que ainda hoje prevalecem os cargos de confiança indicados por políticos e não concursados como ocupantes desses cargos, assim muitos deles apresentam pouco conhecimento sobre a área e o papel dos funcionários.

Daniela também atua em outra cidade da região sendo responsável pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) consiste em um trabalho com grupos separados por faixas etárias, com o objetivo de prevenir situações de risco pessoal, ampliar as trocas culturais e fortalecer vínculos de modo a incentivar a convivência comunitária, sendo dirigido preferencialmente ao público do CRAS e referenciado a ele, além de atuar na área da educação, porém, segundo ela, mesmo na área da educação sua visão é social, tendo sido segundo ela “contaminada” pelo social. Desse modo, Daniela percebe que consegue resolver muitas questões que os profissionais que não possuem o olhar para o social não conseguem resolver, pois só ficam preocupados em culpar ainda mais o sujeito e colocar nele mais um rótulo ao invés de enxergá-lo em seu contexto familiar e social.

Com relação à participação em capacitações após o ingresso na área da assistência social, todos os participantes relataram que participaram de algumas, mas nenhuma específica sobre como trabalhar com grupos em um enfoque sócio-educativo, ou como trabalhar em rede, por exemplo, os conteúdos sempre foram muito amplos, remontando, por exemplo, ao histórico do SUAS e não à prática, Bruno relatou que participou do CAPACITASUAS em um módulo sobre financiamento, o que o ajudou a entender melhor a política como um todo, mas que não é algo que utilizará em sua prática, sendo que o que mais contribuiu foi o grupo de psicólogos realizado em 2013, no qual havia a troca de experiências.

A totalidade dos participantes observou que o curso de graduação não os preparou para a atuação na área da assistência e nem em outra área ligada a políticas públicas, tendo ênfase clínica e na saúde, mas não na saúde pública e sim com um viés normativo, higienista e visando a nomear e tratar doenças mentais, não enxergando o sujeito como um todo,

diretamente relacionado às questões sociais, mesmo a disciplina Psicologia social foi bastante ampla e teórica, não sendo ofertado nenhum campo de estágio.

Ana e Bruno observaram que os cursos de pós-graduação que fizeram também não os preparou para a atuação, mesmo porque não foram cursos específicos para a área mas Bruno relata que o fato de ter muito evidente para si desde cedo qual abordagem teórica de sua escolha, isso o ajudou bastante, pois tenta adaptar o conhecimento e as técnicas advindos da abordagem teórica comportamental ao público atendido. Ambos disseram que gostariam de cursos de pós-graduação e capacitação voltados à prática de atuação, Ana disse ter interesse em um curso de psicologia comunitária. Bruno relatou seu interesse em no futuro seguir uma carreira acadêmica e pensa que essa é uma área que por ser nova oferece muitas possibilidades a quem vir a fazer uma pós-graduação.

Ana mencionou que teve que ser autodidata, principalmente porque no início, quando assumiu o trabalho junto à assistência quase não se falava sobre o psicólogo nessa área, cabendo ressaltar que quando começou a atuar em 2004 a presença do psicólogo nem era obrigatória nos CRAS, tendo após uma visita aos CRAS de Curitiba formado um grupo com psicólogos e assistentes sociais dos CRAS e também dos órgãos gestores da assistência social dos municípios do entorno do seu, o qual surtiu efeitos positivos, mas se enfraqueceu com o tempo e foi extinto.

Carla que trabalha há um ano e meio no CRAS disse não ter passado por nenhum momento de capacitação e sua atuação tem sido pensada na prática pela equipe com que trabalha, relatou também que quase não possui contato com os profissionais das demais sete unidades do município em que atua, que por ser uma metrópole conta com uma gerência junto ao órgão gestor da assistência social, a qual faz o papel de se reunir com os coordenadores dos CRAS que posteriormente repassam algumas informações aos demais funcionários em algumas reuniões pontuais. Porém capacitação ou até mesmo momentos de reunião e troca de experiências não ocorrem, houve em 2015 uma iniciativa de reuniões, mas não teve continuidade, Carla mencionou sentir que cada CRAS do município vem tendo um entendimento do trabalho e atuando de formas bastante diversas entre si, não havendo uma unidade teórica ou de atuação nem mesmo dentro da mesma cidade.

Carla relatou ainda sobre a importância de que haja espaços de diálogo não só entre a equipe interdisciplinar do CRAS, mas também com a rede de atendimento, envolvendo outras

políticas públicas como saúde, educação, assistência social como um todo e segurança pública, experiência com a qual tem contato ao participar das reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência no território da unidade em que atua, as reuniões acontecem mensalmente para discutir casos e estratégias de atuação em cada território do município.

Daniela mencionou que luta para que esse modelo de reunião ocorra também nos municípios em que atua, mas encontra bastante dificuldade na adesão dos profissionais, segundo ela porque muitos profissionais, sejam assistentes sociais ou mesmo psicólogos estão em uma zona de conforto e apenas se preocupam em cumprir horário e receber salário, sendo bastante difícil a atuação interdisciplinar e em rede, mas segundo ela a única forma de se pensar e buscar soluções concretas para situações complexas.

Daniela que atua desde que se formou na área da assistência disse já ter passado por pequenas capacitações e reuniões sobre temas específicos, que mesmo sendo esporádicas e não continuadas contribuíram para a atuação na área, pois sempre é possível aprender algo e principalmente pelo contato com outros psicólogos e profissionais em geral e troca de experiências com estes, disse sentir muita falta desses momentos e achar muito distante a ideia de um encontro só de psicólogos do SUAS, mas que seria interessante para fortalecer a categoria. No entanto pensa que o contato interdisciplinar é fundamental para a área, visto que o enfoque não é psicoterapêutico, mas se deve levar em conta sempre a subjetividade de cada um e de cada grupo social, o que cabe a todos os profissionais envolvidos. Esta entrevistada observou que no governo Estadual atual foram bastante reduzidos esses momentos de capacitação e reuniões em geral, o que segundo seu ponto de vista está claramente relacionado à visão política atual.

Daniela também lembrou que há alguns anos participava das reuniões do FOREAS (Fórum Regional de Assistência Social), momentos segundo ela, em que era possível aprimorar os conhecimentos principalmente com relação às normativas do SUAS, no entanto atualmente as reuniões não tem ocorrido devido a um enfraquecimento e desarticulação do grupo que organizava e conduzia as reuniões.

Ressalta-se a importância dos Fóruns como instrumentos de exercício do Controle Social, sendo necessário como aponta Contato (2012) o envolvimento e participação efetiva de psicólogos nessas instâncias para contribuírem na construção e vigilância em torno das Políticas Públicas.

É interessante observar que neste grupo de entrevistados apareceu a importância do enfoque no trabalho interdisciplinar e em rede relatado em diversos momentos por ambas as psicólogas, o que no encontro anterior não foi mencionado, sendo a interdisciplinaridade e trabalho em rede premissas básicas e fundamentais para a atuação no SUAS. Os relatos indicam grande conhecimento por parte de ambas das normativas e demais materiais que norteiam o trabalho na assistência bem como motivação pessoal para atuar com esse enfoque.

A Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) tem como um dos princípios fundamentais a formação de redes para garantir a proteção social, bem como para constituir caminhos para superar a fragmentação que historicamente marcou as práticas da assistência social no país. Sendo assim, o trabalho pautado em ações intersetoriais é indicado nos marcos legais vigentes, desta forma a assistência social ocupa um lugar fundamental na promoção da articulação e integração da rede de serviços que acolhe e atende a população.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) também propõe a articulação em rede como um dos elementos primordiais para o cumprimento dos objetivos dos serviços socioassistenciais, a articulação em rede indica a conexão necessária entre os serviços, programas e projetos, governamentais e não-governamentais, visando à integralidade do atendimento às famílias e à garantia de direitos.

Segundo Bourguignon (2016) o termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal. A intersetorialidade não comporta, portanto, a simples presença de serviços. Ela se efetiva quando são transpostas barreiras intrainstitucionais e os serviços existentes estabelecem linhas de ação comuns, capazes de levar em conta a dinamicidade do território e a complexidade das demandas dos sujeitos atendidos.

De acordo com Carlson e Pinheiro (2013) a primeira rede que costuma ser acionada é a própria equipe de trabalho, sendo junto dela buscados, a partir da interdisciplinaridade, o estabelecimento a compreensão ampliada e a construção de estratégias primeiras de intervenção nas situações que se apresentam. Para isso, seminários teóricos e reuniões para discussão de casos são espaços valiosos que devem ser conquistados e mantidos por uma equipe minimamente comprometida, pois são estratégias que permitem tanto a estruturação de

intervenções a partir de competências setoriais específicas, como a compreensão daquilo que pode ser um recurso capaz de atender de forma eficaz à demanda dos sujeitos atendidos.

No que diz respeito à questão: “Como você analisa sua identidade profissional ao atuar na área da assistência social”, Ana começou dizendo “que pergunta difícil”, em seguida disse que vê muitas dificuldades para a área, inclusive com relação a valorização dos profissionais dessa área, mas relata que teve oportunidade de ir para a saúde e não aceitou, principalmente por gostar de trabalhar com grupos, do seu ponto de vista, a identidade pessoal não se separa da profissional e ela vê que seu perfil se encaixa no trabalho do CRAS, principalmente por ser uma pessoa que possui empatia e se vincula facilmente fazendo o público se sentir confortável. Relatou atender uma grande demanda de pessoas que já possuem seus direitos violados, sendo público para o CREAS (Centro de referência Especializado da Assistência Social), mas devido ao fato do município não possuir esse serviço, essa demanda é absorvida pelo CRAS.

Ficou clara a partir do relato de Ana a influência de suas experiências pessoais em sua escolha profissional, conforme Hall (2006) as identidades (social, grupal, profissional..) não são inatas, são construídas e transformadas em um processo dinâmico através dos inúmeros vínculos sociais desempenhados na vida em sociedade, sendo então, uma estratégia de relação, construída na dialética entre auto e heteroidentidade.

Bruno disse que gosta muito do trabalho com grupos e tem cada vez mais se inteirado sobre suas atribuições até mesmo para não atender demandas que não são de sua competência, se sentindo bastante frustrado por às vezes perceber que não consegue atender a toda demanda, pois em seu município há uma grande parcela da população em situação de vulnerabilidade, necessitando ser inserida nas atividades do CRAS. Analisa a identidade do psicólogo como sendo alguém que tem um olhar diferenciado para as questões sociais e para os indivíduos, devendo conseguir encaixar a teoria nos sujeitos e não o contrário, visto que o ser humano é dinâmico e que os psicólogos trabalham acima de tudo com questões subjetivas, com enfoque no vínculo e no acolhimento e isso tudo é feito no CRAS. Segundo ele, desde sua atuação na área da saúde com especificidades, ficou claro que a atuação do psicólogo não é apenas clínica, que ele é um profissional da criatividade, da construção, ele deve pegar todo seu conhecimento e dar um jeito de encaixar em cada sujeito, afinal nem irmãos gêmeos têm histórias iguais.

Bruno relatou que se acostumou a não ser psicoterapêutico e sim em trabalhar as questões dos indivíduos no coletivo e não no individual, devendo ser um agente que possibilita a transformação e a emancipação dos sujeitos e coletividades. Segundo ele, as normativas e materiais de apoio para os psicólogos de CRAS possuem uma visão idealizada do trabalho e dos sujeitos que não condiz com a realidade, tendo que ser feitas adaptações na prática.

Gondim et al. (2010) indagam se haveria uma identidade social homogênea entre psicólogos independentemente da área de atuação, ou se a identidade social do psicólogo seria marcada pela heterogeneidade, variando conforme sua atuação. Sendo possível observar que, de modo geral, os psicólogos acreditam que a identidade da psicologia se define na preocupação com a subjetividade, os sentimentos, relações sociais, o bem estar e a saúde mental dos cidadãos, compartilhando da crença de que estudam a subjetividade e buscam compreender as ações humanas nas suas particularidades, trabalhando com o imensurável e com a imprevisibilidade, sendo percebido como o profissional responsável por entender o indivíduo em seu contexto social. Desta forma, entende-se, que independente da prática, o que legitima a psicologia como profissão é o campo do conhecimento.

Ana e Bruno questionaram o direcionamento que consta nas normativas do SUAS de que os grupos desenvolvidos nos CRAS devem desenvolver a autonomia, empoderamento, protagonismo dos sujeitos e grupos, mas não deve ter caráter terapêutico, Bruno disse que “como pode não ser terapêutico se conseguimos empoderar o sujeito, tem que haver uma mudança interna para isso”, trabalhando questões como auto-estima por exemplo, mesmo que não seja através de psicoterapia, mas na visão de Ana e Bruno não tem como não ser terapêutico. Além disso, Ana disse se sentir privada do que sabe fazer e escolheu fazer em sua vida se não puder trabalhar com enfoque terapêutico e relata fazer grupos com caráter terapêutico, mas tem que esconder isso, tem que dar outro nome, pois sabe que não se encaixa nas normativas.

Desta forma, é possível observar que os psicólogos estão construindo sua prática nessa área, estão adaptando o conhecimento acadêmico e as diretrizes para a atuação no SUAS à sua prática de atuação nos CRAS, pois são contratados como psicólogos e querem atuar como tal.

Outro dado interessante apontado pelos participantes da pesquisa foi a dificuldade em mensurar resultados na área da assistência social, pois muitas vezes o indivíduo deixa de comparecer ao serviço e devido à grande demanda por atendimentos, não é possível ter um retorno sobre os reais motivos do sumiço, sendo que muitas vezes pode-se entender que esse indivíduo alcançou seu protagonismo, conseguiu sair da situação de vulnerabilidade que o levou ao serviço, mas não é possível de fato medir esses dados e saber o real resultado do trabalho que está sendo realizado.

No que diz respeito à visão que possuem de sua identidade profissional atuando no CRAS, tanto Carla quanto Daniela disseram que hoje não conseguem se imaginar em outra área que não seja a social, devido ao fato de terem desenvolvido uma visão macro das situações para nortear todas as suas atividades. Daniela diz utilizar essa visão ampliada do sujeito, famílias e comunidades e a experiência advinda do trabalho no CRAS para nortear sua atuação na educação, pois não gosta da visão clínica individualizante, entendendo que a resolução dos conflitos deve partir do entendimento da subjetividade de cada um sempre se considerando sua história de vida e que a tomada de consciência e exercício da cidadania deve envolver a família e a sociedade.

Daniela mencionou que desde pequena é muito politizada e que a partir de sua própria história sabe o poder transformador da psicologia e o papel que o psicólogo pode exercer na vida das pessoas tanto para ajudar como às vezes para atrapalhar, pois de acordo com seu ponto de vista existem muitos profissionais descompromissados, sejam psicólogos, assistentes sociais ou outros, pois essa, segundo ela não é característica específica de uma ou outra profissão, mas sim de profissionais que não possuem perfil e apenas adentram à área por falta de oportunidades diferentes, não estudando nem alterando suas práticas por estar em uma zona de conforto.

Carla igualmente se disse apaixonada pela área social, não se vendo em outras áreas de atuação que segundo ela são engessadas, a especialização que fez em abordagem sistêmica a ajudou a ter também uma visão macro, ela entende que o trabalho no CRAS vai sendo criado a cada dia e que sempre é “plantada uma semente” mesmo que o retorno e a mudança não sejam imediatos, mas sim um processo. Carla relata que ao assumir o trabalho na unidade havia um grupo de mulheres, pois as profissionais diziam que só as mulheres participavam, mas por ter uma visão diferente sobre família, como não possuindo um único modelo, mas

vários, Carla alterou o nome para Grupo de Famílias, convidando também a participarem homens que exercem a função de responsáveis pela criação e educação dos filhos sozinhos.

Assim, podemos pensar que Carla e Daniela, apesar de trabalharem em cidades com porte, perfil e demandas diferentes, apresentam uma postura de protagonistas do trabalho no CRAS, sendo proativas e construindo seu espaço e área de atuação, mesmo que achem de extrema importância e necessidade cursos de capacitação e encontros para os profissionais do SUAS, entendem que o psicólogo deve acima de tudo ter perfil para a atuação e também buscar conhecimentos.

Tanto Daniela como Bruno relataram que possuem muito interesse em realizar pesquisa de mestrado, tendo como tema a atuação dos psicólogos no CRAS, pois, segundo eles, os materiais existentes são muito vagos e distantes da prática, sendo necessário que os profissionais se envolvam com a área acadêmica, diminuindo a distância entre teoria e prática e construindo referenciais teóricos mais consistentes.

Com relação à produção de conhecimentos na área, Contato (2012) discorre sobre o fato de que, em geral, quem está na atuação não tem tempo nem os meios que viabilizem, por exemplo, que escrevam artigos ou façam palestras, forneçam capacitações, pois há grande dificuldade em aliar a teoria à prática, além da dificuldade em encontrar cursos de pós-graduação que ofereçam essa linha de pesquisas e mesmo orientadores para a área.

4.1- Identidade dos (as) psicólogos (as) do CRAS de acordo com os dados levantados

De acordo com os dados levantados a partir da revisão bibliográfica e das entrevistas em grupo, mesmo considerando que participaram menos psicólogos do que o esperado (apenas quatro) podemos perceber que não há uma identidade única que defina os psicólogos que atuam nos CRAS. Assim como a revisão de literatura nos informa que a própria psicologia carece de uma identidade que seja evidente para os próprios psicólogos, o que de acordo com Gondim et al. (2010), se deve a complexidade de nomenclatura, vertentes e campos de atuação que caracterizam a profissão e geram uma identidade múltipla, o que por um lado é valioso, mas por outro reflete a ausência de diretriz profissional, com isso entende-se que os psicólogos ainda não estão fortalecidos como um grupo de identidade profissional.

Conforme assevera Boarini (2007), há dois grandes perigos e desafios para a formação dos psicólogos brasileiros, um deles é a desconexão entre a formação e a atuação dos psicólogos e o segundo consiste na submissão cada vez maior da formação às normas do mercado, não tomando a demanda como objeto de trabalho crítico, prestando assim um desserviço à profissão, visto que grande parte das instituições de formação, cujo tecnicismo visa atender a um imediatismo mercadológico impossibilitando ao profissional articular o como e o porquê de suas atitudes.

Caniato (2013) destaca que, a partir dos resultados de um trabalho realizado por um grupo de trabalho do Conselho Federal de Psicologia entre os anos de 2011 e 2013, que teve como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento político do diálogo com a ciência e a formação de psicólogos comprometidos com a realidade brasileira, que um dos elementos a ser destacado refere-se antes mesmo da questão do currículo de formação acadêmica, ao estabelecimento de um projeto ético político de formação para a área, revendo a suposta neutralidade da ciência e aprofundando a discussão sobre para que e para quem a psicologia existe no Brasil, além de tentar diminuir o abismo que existe entre teoria e prática, visto que as teorias são ensinadas de forma cristalizada e não relacionada às exigências da realidade de trabalho, configurando-se assim, em práticas alienantes.

Caniato (2003) destaca ainda os quatro principais entraves para a formação crítica na psicologia, sendo eles: em primeiro lugar a dificuldade dos professores e alunos em fazer uma análise de conjuntura, pois saber avaliar o contexto é fundamental para a tomada de decisões e intervenções profissionais de forma ética e política, em segundo lugar o fato de não

relacionarem sua prática às consequências para a vida do indivíduo e para a sociedade, em terceiro, seria a posição do profissional de psicologia com relação às demandas psicossociais dos indivíduos, como por exemplo, sobre os prejuízos causados aos indivíduos pela sociedade contemporânea e por último a questão da pesquisa, pois os profissionais que estão atuando diretamente nos serviços em geral não estão produzindo conhecimento.

Segundo Caniato (2013) os (as) psicólogos (as) que estão se formando em sua maioria, não vêm se tornando agentes de mudança, sendo pelo contrário agentes de manutenção da ordem social vigente, por isso é necessário definir o papel do psicólogo na realidade brasileira, assim, a formação deve ser voltada para o contexto brasileiro: uma realidade permeada por desigualdades sociais, violência e preconceitos historicamente construídos. Além disso, pode-se pensar que esse comprometimento ético- político com a realidade do país deveria começar até mesmo antes da formação em psicologia e atingir a toda a sociedade, não cabendo apenas uma determinada categoria profissional mudanças na ordem social vigente.

A psicologia enquanto profissão é bastante recente no Brasil, desta forma entendemos estar em constante processo de construção, além disso, partimos do pressuposto de que a definição da identidade da psicologia e dos psicólogos como não sendo unificada, mas múltipla, diversa e mutável, condiz com a visão defendida por autores como Stuart Hall e Zygmunt Bauman ao buscarem definir um conceito de identidade na pós modernidade, seja ela individual, social ou nacional.

Segundo Bauman (2005), as novas relações começam a interferir nas construções cotidianas e práticas sociais, como forma de entendimento do mundo, desse modo, as identidades, antes consideradas seguras e estáveis, começam a fragmentar-se, se tudo o que a humanidade pensa e sente advém do contato com o mundo, um sujeito singular não é possível no contexto da pós- modernidade, pois seria determinado por uma série de situações. Um bom exemplo é a rede mundial de computadores, a internet, que traz uma teia de relações virtuais as quais capturam os indivíduos sem que nem percebam o real significado para si, ao participar de tais redes utilizam-se nossos artificios, novas identidades que mascaram uma realidade precária, por vezes dolorida, própria da modernidade líquida, aquela em que nada, nem mesmo as relações são feitas para durar, inclusive nas relações amorosas, o indivíduo pós-moderno, ao mesmo tempo em que se relaciona, não mantém o compromisso, desse

modo, frente à globalização, o sujeito pós-moderno apresenta-se de formas diferentes, fragmentando-se a cada situação.

Bauman (2005) descreve que o sujeito está cercado de situações sociais, necessidades, que não o deixam livre, sendo confrontado diariamente por uma multiplicidade de identidades possíveis, tendo em vista que os novos modos de vida propostos pela modernidade rompem com o passado estável das identidades, substituindo essa estabilidade por uma pluralidade de centros de poder, que são orientados conforme a necessidade do sujeito na sociedade, assim, a sociedade não é um todo unificado, seguro e bem delimitado há oscilações, mudanças de posturas, de posicionamentos, frente às novas realidades, os jogos identitários acontecem a todo tempo, portanto, ninguém está a salvo deles.

Conforme Hall (2006), a questão da identidade vem sendo amplamente discutida pela teoria social sob o argumento de que as velhas identidades que por muito tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, assim, a chamada “crise de identidade” é para o autor parte de um processo mais amplo de mudanças estruturais que vêm transformando as sociedades modernas a partir do final do século XX, fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade. Essas transformações estão também alterando nossas identidades pessoais abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados, dessa forma, as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram a vida social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até então visto como sujeito unificado, deixando de haver uma identidade única, centralizada, para dar lugar a um sujeito plural, heterogêneo.

Stuart Hall destaca três diferentes concepções de identidade: o sujeito do Iluminismo, que se baseava na concepção do indivíduo como um ser unificado, totalmente centrado, possuidor de um núcleo interior que emergia ao nascimento e se desenvolvia, porém permanecendo sempre o mesmo, contínuo ou idêntico ao longo de sua existência sendo esta uma concepção muito individualista do sujeito e de sua identidade. Já a noção de sujeito Sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo nem autossuficiente, mas formado na relação com as outras pessoas as quais eram mediadoras para o sujeito dos valores e símbolos, dessa forma a identidade interligaria o sujeito ao mundo e vice versa. Por sua vez o sujeito pós-moderno

não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, é formada e transformada continuamente e definida historicamente, dentro dessa última concepção a identidade plenamente unificada e segura do nascimento até a morte é uma fantasia.

Para Hall (2006) um importante aspecto da identidade está relacionado ao caráter da mudança característico da modernidade tardia, em particular, ao processo conhecido como globalização e seu impacto sobre a identidade cultural, desta forma, as sociedades modernas são, por definição, sociedades de modificação constante, rápida e permanente, sendo esta a principal distinção entre as sociedades tradicionais e as modernas. A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, mas sim está sempre se produzindo através de alterações evolucionárias a partir de si mesma.

Segundo Hall, as sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela diferença, sendo atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes posições de sujeito, ou seja, identidades para os indivíduos, se, no entanto, tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados.

Hall (2006) aponta para o fato de que grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia (a segunda metade do século XX), contribuíram para o que chamou de “o descentramento final do sujeito cartesiano”, sendo um deles a descoberta do inconsciente por Freud, cuja teoria de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funcionam de acordo com uma "lógica" muito diferente daquela da Razão, acaba com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada, este aspecto do trabalho de Freud tem tido também um profundo impacto sobre o pensamento moderno nas três últimas décadas. Assim, a identidade é formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade, permanece sempre incompleta, está sempre em processo de formação.

Ciampa (1987) também destaca a ideia de movimento e metamorfose que faz com que a identidade não seja estática, mas sim um processo de permanente transformação do sujeito

de acordo com condições materiais e históricas dadas, reforçando o papel da relação com o outro, visto que a identidade do outro se reflete na minha e vice-versa.

Bock (1999) pretende uma Psicologia que se metamorfoseie o tempo todo, acompanhando as mudanças da realidade social do país, não uma Psicologia que seja a cristalização de uma mesmice, ao entender a identidade como movimento, metamorfose, deve-se compreender que a identidade profissional nunca estará pronta, definida. Na verdade, os (as) psicólogos (as) se enganam quando falam que não possuem identidade profissional, há sim uma identidade profissional que reflete a prática importante que temos tido, deixando de ser elitista, restrita, pouco diversificada e colada às necessidades e demandas de setores dominantes de nossa sociedade e passando a ser construída uma profissão identificada com as necessidades da maioria da população brasileira, que sofre, com as condições de vida que possui, sendo preciso estar em busca permanente.

5 CONCLUSÕES

A partir da revisão bibliográfica e dos dados levantados com base nas entrevistas grupais realizadas, é possível dizer que, com relação aos cursos de graduação e pós-graduação, a área da assistência social encontra-se descoberta sendo fundamental e urgente o investimento em pesquisas na área, principalmente produzidas pelos próprios profissionais. Percebe-se que o conhecimento dos materiais já existentes para a área, bem como da política de assistência como um todo, o que deve ser realizado através de palestras e capacitações estruturadas pelos municípios, estado e governo federal, mas também partir do esforço e dedicação de cada um dos profissionais, além da inclusão de matérias específicas nos cursos de graduação sobre a atuação na área da assistência e cursos de pós-graduação destinados à atuação na área social.

Deve ser dado especial enfoque no trabalho em equipes interdisciplinares, conforme Caniato (2013) ressalta, o psicossocial deve ir muito além de uma soma de psicológico mais social, se tornando uma nova forma de pensar e trabalhar, assim, pode-se pensar que a construção da identidade dos profissionais desta área deve ultrapassar as barreiras de cada uma das profissões envolvidas e ocorrer na interdisciplinariedade e não de forma a fortalecer o grupo dos psicólogos isolando-os dos assistentes sociais ou vice-versa, o que de alguma forma poderia contribuir para a segregação de um grupo e não para o fortalecimento de ambos.

Com relação à identidade da psicologia e mais especificamente do (a) psicólogo (a) dos CRAS, pode-se observar que não é possível vislumbrarmos uma identidade única, bem como acontece com a psicologia como um todo, devido à diversidade de áreas de atuação e abordagens teóricas, bem como pelo fato de que de acordo com a bibliografia utilizada como referência, na pós-modernidade nenhuma identidade pode ser considerada única e imutável. No entanto, algumas características estiveram presentes nos relatos de todos os entrevistados, como a visão do indivíduo não isolado, mas inserido em uma família e uma comunidade que sempre devem ser levados em consideração e a importância que vêm para a psicologia no processo de empoderamento e tomada de consciência pelos cidadãos, bem como para sua caminhada no sentido do protagonismo e exercício da cidadania.

Conforme nos informa o CREPOP (2011), a inserção dos psicólogos na política de assistência social deve estar calcada numa visão crítica da área, sendo necessário que o profissional saiba compreender as diferentes subjetividades e analisar as questões de forma ampla e não individualizante. Para a atuação na área é imprescindível o comprometimento político do profissional, o qual deve estar calcado em um compromisso com as urgências da sociedade brasileira.

Da mesma forma, nenhum dos sujeitos questionou a área de assistência social como local de pertencimento do psicólogo, o que contrasta com o observado em outras pesquisas realizadas anteriormente, conforme indicado na revisão bibliográfica, sendo importante ressaltar a necessidade de que sejam propiciados momentos de encontro para troca de experiências entre estes profissionais para que as práticas possam ser repensadas e a identidade dos (as) psicólogos (as) da área possa ser melhor delimitada, pois aparentemente a maior parte deles está construindo suas práticas a partir dos referenciais estudados, mas principalmente pelo uso de sua criatividade e por “tentativa e erro”, sendo uma descoberta autodidata e solitária na maioria das vezes, o que para alguns é sinal de liberdade de construção e autonomia mas para outros de desamparo e distanciamento entre teoria e prática.

A partir dos resultados apresentados, podemos destacar que apesar da necessidade de que os psicólogos busquem conhecer as normativas e materiais que embasam o trabalho no CRAS, o Conselho Regional de Psicologia (CRP) deve cobrar que as Universidades e Faculdades incluam em seus cursos de graduação e pós-graduação matérias que embasem de fato o trabalho nas Políticas Públicas em geral e especificamente na Política de Assistência Social, além de incentivar a produção de materiais para os profissionais da área construídos pelos próprios a partir de sua prática.

Além disso, para que os objetivos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e mais especificamente dos CRAS, que são suas portas de entrada, de fato se efetivem em toda a extensão do território nacional. É preciso que Municípios, Estados e Governo Federal se comprometam realmente e direcionem recursos para a contratação de equipe completa, pagamento de salários dignos a esta, bem como proporcionem capacitações continuadas a todos os profissionais, tendo como foco o trabalho interdisciplinar e em rede com grupos e famílias, assim, este deve ser um compromisso com as Políticas Públicas independentemente de partido político e rompendo com a lógica do assistencialismo.

Por fim, ideias como a minha de realizar grupos de estudo para os (as) psicólogos (as) ou mesmo de propiciar momentos de encontro e trocas de experiências entre profissionais do SUAS poderiam ser institucionalizadas e efetuadas por todos os Escritórios Regionais da SEDS, deixando de ser iniciativas pessoais e passando a ser parte de uma Política Pública de Estado, que deve incluir capacitação e suporte técnico a suas próprias equipes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acosta, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Cotrez, 2007.

Afonso, Maria Lucia Miranda. **O papel do psicólogo no Centro de Referência da Assistência Social**. Texto apresentado no I Congresso de Psicologia e Direitos Humanos. UNA, Belo Horizonte, 2009. Mimeo.

Antunes, Mitsuko. **A Psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Unimarco, 1999

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2004.

Baptista, M.T.D.S. O estudo de identidades pessoais e coletivas na constituição da história da psicologia. São Paulo: Memorandum, Universidade São Carlos, 2002.

Barbour, Rosaline. **Grupos focais**: Pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Bastos, A.V.B; Gondim, S.M.G e Rodrigues, A.C.A. **Uma categoria profissional em expansão**: Quantos somos e onde estamos. IN: A. V. B. Bastos ; S. M. G.Gondim, O Trabalho do Psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. p 32-44.

Bauman, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Beato, Mônica Soares da Fonseca et al. **A psicologia e o trabalho no CRAS**. Belo Horizonte: CRP 04, 2011.

Boarini, Maria Lúcia. A formação do psicólogo. **Psicol. estud.** vol.12 no.2. Maringá Mai/Ag, 2007

Bock, A. M. B. **A Psicologia a caminho do novo século**: identidade profissional e compromisso social. Estudos de Psicologia, 1999, 315-319.

Bock, A. M. B. *Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas*. BH/ CRP04. 28/05/2011

Borkoski, Elaine. A participação do CRP 08 nos Conselhos de Controle Social. **Revista Contato**, ed 141 - Conselho Regional de psicologia do Paraná. p. 14-19, 2007, disponível em www.crprr.org.br

Bourdieu, *Pierre*. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, 10. ed, Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

Bourguignon, Jussara A. Conceção de rede intersetorial. Disponível em <www.uepg.br/nupes/intersector.htm>. Acesso em: 02 de março de 2016.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Orientação Técnica – SUAS n. 01 – Proteção Social Básica de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB/RH/SUAS**. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução 109: **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília: MDS, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2013: Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2014

Caniato, Angela. **Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da (o) psicóloga (o)**. Brasília: CFP, 2013.

Carlson, A.C.R e Pinheiro, L.S. **Práticas intersetoriais: Novos desafios postos aos psicólogos na atual política de Assistência Social**. IN: L.R. Cruz, L. Rodrigues e N. M. F. Guareschi. *Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, disponível em <www.unisc.br/edunisc> p. 103-116.

Carneiro, Pedro Braga. Sugestões de Compromissos no âmbito das Políticas Públicas da Assistência Social aos candidatos em disputa na esfera Estadual. **Revista Contato**, ed 94, ano 16- Conselho Regional de psicologia do Paraná. p. 12-15, 2014, disponível em <www.crppr.org.br>.

Controle social: um olhar para as políticas públicas. **Revista Contato**, ed 79- Conselho Regional de psicologia do Paraná. p. 20-23, 2012, disponível em <www.crppr.org.br>.

Costa-Rosa, A., Luzio, C. A. & Yasui, S. (2003). **Atenção Psicossocial-** rumo a um novo paradigma na Saúde Mental Coletiva. In P. Amarante (coord.), *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau, p. 13-44.

Cruz, José Marcos de Oliveira. Práticas Psicológicas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Psicologia em Foco**, Aracaju, v.2, n.1, p.11-27 jan./jun. 2009.

Campos, Marta Silva e Miotto, Regina Célia T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. In: **Revista Ser Social**. Vol 01, num 01, 1º. Semestre, Brasília: UNB, 2003.

Carvalho, Maria do Carmo Brant de. (org). **A família contemporânea em debate**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: www.pol.org.br. Acessado em: 6 de julho de 2009.

CFP/CEFESS. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2007.

Ciampa, A da C. **A estória do Severino e a história da Severina**: Um ensaio de psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Constantino, Elizabeth Piemonte (org). **Psicologia, Estado e Políticas Públicas**. Assis: UNESP, 2010.

CREPOP. **Referências técnicas para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/ SUAS**. Brasília: CPP, 2007.

CREPOP. **Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistentes Social (SUAS)**- Informações para Gestores e Gestoras, Centro de Referência Técnica em psicologia e políticas (CREPOP). Brasília, 2011.

Cruz, L. e Graeschi, N. **A constituição da Assistência Social como Política Pública**: interações à Psicologia. IN: _____ Políticas públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 13-40.

Dagnino, Evelina. **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004, p. 103-115.

Dimenstein, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em estudo**, Maringá, V.6, n.2, p.57-63, 2001.

Durkheim, E. **As regras do método sociológico**. Pensadores. São Paulo: Abril, 1978 (71-156).

Furtado, Odair. Psicologia e Compromisso Social. **Rev. Psicologia Social**, Londrina, v.2, n.2, p.217-229, dez. 2000.

Gama, A F. Et al. Teoria das representações sociais: uma análise crítica da comunicação de massa e da mídia. **Revista Eletrônica Temática**, ano VI n. 10, 2010. Disponível em <www.insite.pr.br>.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Gomes, Mônica Araújo e PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. No. 10. Vol 2, 2005. p 357-363.

Gonçalves, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

Gondim, S.M.G; Magalhães, M.O e Bastos, A.V.B. **Escolha da profissão as explicações construídas pelos psicólogos brasileiros**. IN: A. V. B. Bastos ; S. M. G.Gondim, O Trabalho do Psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. p 66-84.

Gondim et Al. **A identidade do psicólogo brasileiro**. IN: A. V. B. Bastos ; S. M. G.Gondim, O Trabalho do Psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. P 223- 247.

Hall, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Heloani, R; Macêdo, K.B e Cassiolato, R. **O exercício da profissão**: características gerais da inserção profissional do psicólogo. IN: A. V. B. Bastos ; S. M. G.Gondim, O Trabalho do Psicólogo no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2010. P 107-130.

Hillesheim, B. **É preciso incluir!** Políticas Públicas e o imperativo da inclusão. IN: L.R. Cruz, L. Rodrigues e N. M. F. Guareschi. Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, disponível em <www.unisc.br/edunisc>. p.23-29.

Iamamoto, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Inojosa, Rose Marie. **Redes de compromisso social**. São Paulo: Fundap, 2000, mimeo.

Jornal do Federal 50 anos de psicologia no Brasil. **Conselho Federal de Psicologia**. Ano XXIII.N. 104. Jan/Ago 2012.

Kullasepp, K. **I don't like it when they call me a psychologist**: professional identity at the crossroads: Tallinn university, 2008.

Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (13a ed.). São Paulo: Brasiliense, 2001.

Lane, S. T. M. **Antecedentes históricos da psicologia comunitária**. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. São Paulo: Vozes., 2003.

Luchmann LHH, Rodrigues JO. O movimento antimanicomial no Brasil. **Revista: Ciência e Saúde Coletiva**, nº 2, vol.12, p.399-407, 2007.

Mader, Bruno Jardini. Há uma identidade da Psicologia? **Revista Contato**, ed 102, ano 17- Conselho Regional de psicologia do Paraná. p. 32-34 , 2015, disponível em <www.crppr.org.br>.

Malvezzi, S. **A profissionalização dos psicólogos uma história de promoção humana**. IN: A. V. B. Bastos ; S. M. G.Gondim, *O Trabalho do Psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2010. p 17-31.

Malvezzi, S; Souza, A.J.S e Zanelli, J.C. **Inserção no mercado de trabalho os psicólogos recém formados**. IN: A. V. B. Bastos ; S. M. G.Gondim, *O Trabalho do Psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2010. P 85-106.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

May, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Minayo, M. C. S, **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. IN: GUARESCHI, P; JOVCHELOVICH, S (Orgs): *Textos em representações sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Minuchin, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Mioto, Regina Célia Tamasso. *Trabalho com famílias: um desafio para os Assistentes Sociais*. **In: Revista Textos & Contextos**. Vol. 3, No 1, 2004.

Moscovici, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Pedro, R.M.R e Moreira, M.C. Da utopia à construção de práticas psicológicas no campo da Assistência Social ou da Psicologia no encontro com o outro. IN: L.R. Cruz, L. Rodrigues e N. M. F. Guareschi. *Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, disponível em <www.unisc.br/edunisc>.p.69-77.

Petrini, J. C. **Pós modernidade e família**. Bauru: Edusc, 2003.

Rosa, Elizabete Terezinha Silva. **A centralidade da família na política de assistência social**. N 1 Congr. Intern. Pedagogia Social, Mar. 2006.

Sawaia, B. B. (2002). Participação social e subjetividade. In M. Sorrentino (Ed.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade** (pp. 115-134). São Paulo: EDUC/FAPESP.

Sawaia, B. B. (2005). **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118, 5a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16 jul/dez 2006, p.20-45.

Soares et al. **A clínica ampliada na Assistência Social**. IN: L.R da Cruz e N. Guareschi (orgs.). *Políticas públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 151-161.

Skidmore, Thomas E. **Preto No Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1976 (Coleção Estudos Brasileiros. Vol. 9).

Torassiam, S.D. e Rivero, N.E. **Políticas Públicas e modos de viver: A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade**. IN: L.R da Cruz e N. Guareschi (orgs.). *Políticas públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 56-69.

Ximenes, V. M., De Paula L. R., Barros, J. P. *Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos sobre atuações em comunidades*. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2009, vol.29, n.4, pp. 686-699. ISSN 1414-9893.

Yazbec, M. C. **Classes subalternas e Assistência Social**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Zaluar, Alba. *Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas teóricos e alternativas políticas*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 12 n.35, São Paulo, Fev. 1997.

Wiesa, M. L.: SANTOS, R. dos. *A centralidade da família nas políticas sociais da assistência social e saúde: a relevância do debate para o serviço social*. <<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos>>. Acesso em 05/04/2015.

Resolução CNE/CES 5/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2011 – Seção 1 –p19. <<http://crepop.pol.org.br/novo>>.

<<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 03 abr. 2015.

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/programa-nacional-de-capacitacao-do-sistema-unico-da-assistencia-social/capacitasuas>. Acesso em 21 ago. 2014.

ANEXOS/ APÊNDICES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS (AS) PSICÓLOGOS (AS) DO CRAS: Desafios e possibilidades”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de agradecer por sua participação na pesquisa **“A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS (AS) PSICÓLOGOS (AS) DO CRAS: Desafios e possibilidades”**, a ser realizada na UEM (Universidade Estadual de Maringá). O objetivo da pesquisa é verificar qual a identidade que os psicólogos atuantes na área de Políticas Públicas, especificamente no campo da Assistência Social vêm construindo em seu trabalho. Sua colaboração será muito importante e ela se dará através da participação em uma entrevista em conjunto com outros psicólogos que atuam em CRAS da região de Maringá, as principais observações a respeito do andamento das discussões do grupo serão transcritas para posterior análise.

Sua participação é totalmente voluntária, podendo o (a) senhor (a): recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa, além disso, as informações obtidas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que o(a) senhor(a) não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Os benefícios esperados são um maior conhecimento acerca da identidade dos psicólogos que atuam nos CRAS, bem como avaliar as dificuldades e possibilidades de sua atuação e pensar estratégias para um maior atendimento às demandas desses profissionais.

Caso o(a) senhor(a) tenha dúvidas ou necessite de maiores informações poderá nos contatar (Priscila Regina Daiuto, pridaiuto@hotmail.com, (44) 99020590, Avenida Colombo, 5790 Jardim Universitário Maringá).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao (à) senhor(a).

Maringá, ____ de _____ de 2016.

Pesquisador Responsável

RG: 12445368-2

Eu, _____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura : _____

Data: _____



A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS (AS) PSICÓLOGOS (AS) DO CRAS: Desafios e possibilidades

Idade:

Estado civil: solteiro casado viúvo divorciado

Instituição em que concluiu a graduação: _____

Ano de conclusão da graduação: _____

Possui curso (s) de pós graduação? Sim Não

Se sim, em que área (s)? _____

Pretendia atuar na área da assistência social ao se graduar? Sim Não

Qual o motivo de ingresso na área da assistência social?

Participou de algum curso de capacitação na área em que atua? Sim Não

Se sim, este curso representou melhorias em seus conhecimentos para atuação na área?

Você acredita que seu curso de graduação o preparou para atuar na área da assistência social? Por que?

Você acredita que seu curso de pós-graduação o preparou para atuar na área da assistência social?

Como você analisa sua identidade profissional ao atuar na área da assistência social?
